



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS

LUANA DE OLIVEIRA MATIAS

**QUESTÕES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A
PROBLEMÁTICA DE TRABALHAR GÊNERO NA ESCOLA**

Campina Grande – PB

2023

LUANA DE OLIVEIRA MATIAS

**QUESTÕES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A
PROBLEMÁTICA DE TRABALHAR GÊNERO NA ESCOLA**

Monografia submetida ao curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito obrigatório para obtenção de título de licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Campina Grande – PB

2023

M433q Matias, Luana de Oliveira.
 Questões de gênero: uma discussão sobre a problemática de trabalhar
 gênero na escola / Luana de Oliveira Matias – Campina Grande, 2024.
 61 f. :

 Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal
 de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.
 "Orientação: Prof. Dr. Elizabeth Cristina de Andrade Lima."
 Referências.

 1. Ideologia de Gênero. 2. Estereótipos de Gênero. 3. Ensino. 4.
 Escola sem Partido. 5. Escola Cidadã Integral Felix Araújo – Campina
 Grande - PB. 6. Desigualdades Sociais. I. Lima, Elizabeth Cristina de
 Andrade. II. Título.

CDU 305:37.043.2(043)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por todo sacrifício em prol da
minha educação, e pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos iniciais a minha família, em especial a minha mãe Maria Lúcia e meu pai Marcos Antônio, por serem pais tão amorosos, dedicados e compreensivos, me apoiando em todos os passos da minha vida e por não medirem esforços para me mostrar a importância da educação. Ao meu esposo Matheus Henrique pelo apoio incondicional durante toda minha trajetória acadêmica e na realização desta pesquisa, estando ao meu lado nos melhores e piores momentos. Agradeço pelo amparo nos momentos difíceis, pelo incentivo nos momentos de incertezas e por celebrar ao meu lado todas as vitórias.

Agradeço também à minha orientadora, Elizabeth Christina de Andrade Lima, pela excelente orientação e pelo interesse e apoio na construção deste trabalho. A todos os professores da unidade acadêmica de Ciências Sociais da UFCG, que tive a honra de ser aluna. Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e incentivaram a minha formação, em especial a Nathallya Lethierry, Renally Evellyn e Maiara Barros, pela amizade e apoio demonstrado durante o período em que me dediquei a esta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas de curso e todas as pessoas que convivi intensamente durante os últimos anos na graduação, compartilhando momentos de aprendizado e companheirismo ao longo deste percurso.

RESUMO

O debate sobre gênero permanece sendo um tabu em nossa sociedade, a definição de gênero para além da concepção binária é negada e distorcida por grupos que enxergam no debate de gênero uma ameaça à família tradicional. Na escola a discussão desta temática tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil, com o avanço do conservadorismo no Brasil, e através de movimentos disseminados em redes sociais como o “Escola sem Partido” e narrativas sobre a existência de uma “ideologia de gênero” tornou o estudo do tema obscuro. Nossa pesquisa pretende compreender as dificuldades impostas ao debate de gênero na escola, para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa através de uma discussão teórica e observação de campo, realizadas na Escola Cidadã Integral Félix Araújo, na cidade de Campina Grande-PB, assim como entrevistas estruturadas com quatro alunos da instituição e um professor. Buscamos analisar como essas problemáticas podem acarretar a reprodução de desigualdades sociais e de estereótipos de gênero. Para isso tomamos como base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa o conceito de gênero como culturalmente construído, por Judith Butler (2003), bem como a concepção formulada por Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (2005), de pensar a escola como campo de ensino plural e crítico. Os resultados da pesquisa apontam que o avanço do conservadorismo no país teve um papel importante para dificultar a discussão de gênero na escola, resultando na reprodução de desigualdades e preconceitos, demonstrando a necessidade de aprofundamento das discussões de gênero e sexualidade no campo escolar.

Palavras-Chaves: Estereótipos de Gênero; Ideologia de Gênero; Ensino; Escola sem Partido.

ABSTRACT

The debate about gender remains a taboo in our society, the definition of gender beyond the binary conception is denied and distorted by groups that see the gender debate as a threat to the traditional family. At school, the discussion of this topic has become an increasingly difficult task, with the advance of conservatism in Brazil, and through movements disseminated on social networks such as “Escola sem Partido” and narratives about the existence of a “gender ideology ” made the study of the topic obscure. Our research aims to understand the difficulties imposed on the gender debate at school, for this, we carried out qualitative research through a theoretical discussion and field observation, carried out in a School, in the city of Campina Grande-PB, as well as structured interviews with four students from the institution and one teacher. We seek to analyze how these problems can lead to the reproduction of social inequalities and gender stereotypes. For this, we took as a theoretical basis for the development of this research the concept of gender as culturally constructed by Judith Butler (2003), as well as the conception formulated by Paulo Freire, in his book *Pedagogy of the Oppressed* (2005), of thinking of school as a field of plural and critical teaching. The results of the research indicate that the advancement of conservatism in the country played an important role in hindering the discussion of gender at school, resulting in the reproduction of inequalities and prejudices, demonstrating the need to deepen discussions of gender and sexuality in the school field.

Keywords: Gender Stereotypes; Gender Ideology; Teaching; School without a Party.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

ESP - Escola Sem Partido

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais

PNE - Plano Nacional de Educação

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SPM - Secretaria Especial de Política para as Mulheres

STF - Superior Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: A FERRAMENTA CONTRA O DEBATE DE GÊNERO NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO	15
1.1 Movimento Escola Sem Partido: a ofensiva do conservadorismo na Educação.....	18
CAPÍTULO 2 - O QUE ENFRENTA A ESCOLA NAS QUESTÕES DE GÊNERO COMO CAMPO DE SABER PLURAL, DEMOCRÁTICO E LAICO	30
2.1 O Contexto Escolar.....	30
2.2 Prática e Cotidiano: observações na escola.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS	
Anexo 1: Roteiro de entrevista alunos.....	57
Anexo 2: Roteiro de entrevista professor.....	58
Anexo 3: Roteiro de entrevista coordenador pedagógico.....	59
Anexo 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Maior de Idade.....	60
Anexo 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Menor de Idade.....	61

INTRODUÇÃO

A pesquisa, para escrita desta Monografia, teve início nas discussões sobre gênero no curso de Ciências Sociais Licenciatura, realizadas em uma disciplina intitulada “Antropologia e os Estudos de Gênero”, onde através das leituras de importantes abordagens sobre os estudos de gênero, e em paralelo à formação em licenciatura, despertou um olhar curioso para o debate de gênero na escola. Entendendo a escola como local de reprodução de saberes, socialização, construção de identidades, de reprodução cultural e de disputas, esta não pode estar isenta dos debates, ou tida como um campo neutro aos problemas sociais enfrentados pela sociedade moderna.

A discussão de gênero vem sendo pauta de vários estudos na atualidade, no campo educacional encontramos um contexto que carece que tais questões sejam problematizadas, o cenário brasileiro implica a reflexão sobre o debate de gênero. Tendo em vista o grande aumento do conservadorismo não só no Brasil, mas em toda a América Latina, alavancado pelo avanço da extrema-direita nos postos de governo, tem como consequência a popularização da crença de uma ameaça à ordem social estabelecida. Os avanços e conquistas de direitos alcançados pelo movimento feministas e do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-binários (LGBTQIAPN+¹) ao longo dos últimos anos, são vistos por grupos conservadores como uma ameaça a manutenção da existência da família tradicional heteronormativa.

Em nossa pesquisa, ao buscar compreender os aspectos que resultam nos problemas da discussão de gênero nas escolas, necessitamos analisar teoricamente o processo que nos leva ao trato deste tema na atualidade. Partindo desta intenção, compreendemos que a escola passa por influências externas que afetam o sistema de ensino, utilizamos da compreensão do sociólogo Pierre Bourdieu (1992) sobre as influências ao sistema de ensino e como este possui várias funções, onde tende a conservar o sistema cultural existente. Ao se tratar do Brasil, podemos observar na atualidade uma cultura conservadora, que se caracteriza por uma resistência as mudanças na estrutura social e política, e principalmente aos avanços do movimento feminista e LGBTQIAPN+ em toda a América Latina nos últimos anos (Passos, 2021).

¹ A sigla LGBTQIAPN+ vem ao longo dos anos passando por mudanças, com o objetivo de abarcar grupos minoritários que se inserem através de novas demandas de reconhecimento. Por isso, nesta pesquisa utilizaremos a sigla assumida pela comunidade na atualidade do ano de 2023.

No Brasil, trabalhar gênero na escola é um desafio árduo para os profissionais que nela atuam, este cenário foi fortemente ampliado a partir de movimentos ultraconservadores, sendo o principal o Movimento Escola sem Partido (ESP) que discutiremos no decorrer da pesquisa, que gerou vários projetos de leis por todo o país em escala federal, estadual e municipal, rendendo frutos de movimentos que se expandiram ao seguir as ideias do ESP, com o intuito de censurar professores no exercício de sua profissão ao acusá-los de praticar a chamada “ideologia de gênero”.

Movimentos como o ESP foram responsáveis por disseminar a suposta ameaça que a discussão de gênero na escola traria para a sociedade, com a narrativa da “ideologia de gênero”, tema este que trataremos detalhadamente no primeiro capítulo desta monografia. Este termo foi criado pela Igreja Católica e adotado por grupos religiosos ultraconservadores e aceito por parte significativa da sociedade, onde por um lado não possuem o conhecimento adequado acerca do tema, e por outro, muitas vezes são alcançados por conhecimentos deturpados a favor dos discursos conservadores, através das mídias sociais, das igrejas, entre outros. Em suas narrativas, o movimento ESP tornou a escola o alvo de perseguição, e local de ameaça à manutenção da família tradicional. Com isso, a discussão de gênero na escola que já não era tão expressiva e caminhava a passos lentos se tornou algo temido, e evitado pelas pessoas que compõem a instituição escolar, muitos destes internalizaram as ideias do conservadorismo, enquanto outros temem represálias dos pais de alunos e até da própria instituição.

Aliado a este pensamento conservador da família tradicional ao defender seu espaço para formação de seus filhos, estes grupos enxergam no professor a figura que irá desvirtuar os filhos e doutriná-los contra os valores tradicionais da família, sendo o professor um entusiasta das mudanças sociais que incluem as conquistas de direitos por grupos minoritários. A escola passa a ser o alvo, e o “pânico moral” da ideia de uma iminente destruição da família, faz com que as interferências na escola se tornem mais evidentes a partir de movimentos como o “Escola sem Partido”. Segundo o estudo de Marilândes Mol Ribeiro Melo, Renata Lewandowski Montagnoli e Filomena Lucia Gossler Rodrigues Silva (2020), o ESP foi um dos responsáveis pela disseminação de uma visão distorcida do conceito de gênero, ao associá-lo à destruição da família, prejudicando o debate que resulta na continuação das desigualdades e violência de gênero.

As interferências de movimentos ultraconservadores afetam a visão da sociedade em especial aos grupos de direita, que são alvos das disseminações de conteúdos em redes sociais através de grupos onde propagam e inflamam a “ameaça” a moral, alertando os pais para agirem e protegerem seus filhos da “doutrinação” que é feita nas escolas. Culminado em ataques aos professores na medida em que comparam a relação professor-aluno com a de sequestrador e sequestrado. O movimento “Escola sem Partido” cria um cenário onde as famílias são convocadas para salvar e defender seus filhos desta doutrinação e violência intelectual (Passos, 2021).

Todas estas questões que envolvem a discussão de gênero na escola, como as influências externas através de movimentos políticos e ideológicos conservadores, geram consequências até mesmo na estrutura curricular de ensino. É certo indagar que são diversas as dificuldades do debate de gênero na atualidade como o conservadorismo presente na educação, projetos de Lei que buscam proibir o debate na escola entre outros fatores. Apesar de todos os avanços da pós-modernidade, gênero ainda é uma espécie de tema tabu que segue sendo reproduzido nos espaços sociais tais como a escola, mantendo as organizações sociais que reproduzem desigualdades e preconceitos. A escola assim como outros espaços sociais, precisa se despir dos preconceitos e das violências que estão reproduzindo de forma consciente ou inconsciente, possibilitando a discussão sobre igualdade de gênero para professores e estudantes (Melo; Montagnoli; Silva, 2020).

A escola como campo de aprendizado e formação para uma sociedade mais justa e democrática é um espaço de socialização onde os indivíduos aprendem e reproduzem costumes e hábitos da cultura. Essa instituição ao evitar temas considerados tabus para sociedade que por ser tabu, produz resistência e riscos, passa a reproduzir de forma intencional, ou não, desigualdades e preconceitos. Desta forma, os estudos de gênero contribuem para que possamos explicar as diferentes construções de masculino e feminino em diferentes culturas, tendo em vista que existem experiências sociais diferentes do padrão dominante hegemônico (Cruz, 2014). A presença do debate de gênero na construção social fomenta a importância de seus estudos e análises em toda a sociedade, e um dos campos mais relevantes para se trabalhar a temática é a escola.

Tendo em vista o papel da escola enquanto que tem o objetivo de formar o indivíduo para que este possa desempenhar plenamente seu papel social, lugar de reprodução cultural, no momento em que passa a sofrer as influências ideológicas da chamada “onda

conservadora”, sofre um impacto relevante no processo de aprendizagem, por isso nos questionamos em que medida algumas instituições escolares ao não problematizar a questão de gênero ou internalizar e reproduzir a chamada “ideologia de gênero” podem negligenciar uma discussão importante para a vida social. Também questionamos como é possível desmistificar o tabu da discussão de gênero na sociedade, tendo a escola tantas dificuldades no trato sobre o tema. Desta forma, entendemos que o caminho para uma sociedade mais democrática, com menos preconceito e desigualdades pode ser alcançada a partir de mudanças nas organizações sociais que se configuram atualmente e permanecem a reproduzir tais questões.

Nosso intuito com esta pesquisa é compreendermos a problemática da discussão sobre as relações de gênero na escola, refletindo sobre as dificuldades na discussão de relações de gênero no ambiente escolar. Com o objetivo de identificar o papel desempenhado pelo conservadorismo e sua influência para impedir, dificultar e até mesmo impossibilitar a realização das discussões sobre as relações de gênero na escola, bem como, analisar a importância do estudo de relações de gênero para a escola enquanto campo de saber. Para isso, realizamos um estudo qualitativo, através de uma análise teórica e bibliográfica acerca das discussões sobre gênero no campo educacional, relacionando as influências externas sofridas pela escola por movimentos políticos ideológicos com o desenvolvimento do ensino. A fim de compreendermos como tais questões se desenvolvem, para tanto, realizamos observações de campo em uma Escola Integral da cidade de Campina Grande, localizada no Estado da Paraíba (PB), e entrevistas com alunos, professor da instituição, também buscamos entrevistar o coordenador pedagógico mas não foi possível até a finalização da pesquisa devido a divergências de horários e disponibilidade.

No que diz respeito aos trabalhos sobre gênero e educação, alguns autores se destacam, para a compreensão das problemáticas enfrentadas pelos estudos de gênero na escola. Guacira Lopes Louro (2003) em “Gênero, sexualidade e Educação”, nos apresentou a importância da problematização de gênero na escola. Judith Butler em “Problemas de Gênero”, nos forneceu o conceito de gênero como culturalmente construído distinto da ideia binária de sexo. O artigo de Luiz Felipe Miguel (2020) sobre o mito da “ideologia de gênero”, apresentou como este se tornou uma ferramenta política e ideológica utilizada por grupos de extrema-direita contra os estudos de gênero. Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) refletiram sobre a genealogia da “ideologia de gênero”. Rogério Diniz

Junqueira (2018), nos auxiliou na compreensão das ofensivas contra os estudos de gênero. O teórico Paulo Freire, em seus escritos, “Pedagogia do Oprimido” (2005), possibilitou o entendimento da escola como local de aprendizado para formação do cidadão e para que este possa ser sujeito do processo educacional e não apenas passivo do mesmo. O sociólogo Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em “A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino” também nos auxiliou na compreensão sobre o sistema de ensino. Além dos aqui citados, demais estudos serviram como base desta pesquisa.

Com base no exposto, juntamente com a introdução esta pesquisa encontra-se estruturada em mais dois capítulos. No primeiro capítulo intitulado “As dificuldades do debate de gênero no campo educacional brasileiro e sua principal ferramenta a “ideologia de gênero”, abordamos as discussões teóricas sobre o debate de gênero na escola e as problemáticas para estas discussões no campo educacional, e como se inserem em nosso País até a atualidade. Para isso, analisaremos a origem do termo “ideologia de gênero”, e como ela se tornou a principal ferramenta de grupos religiosos ultraconservadores, em especial, católicos e evangélicos, contra os estudos de gênero, a conquista de direitos sexuais e as lutas do movimento feminista e dos LGBTQIAPN+. Passamos, ainda, por uma breve análise da posição da temática (gênero) nas políticas educacionais nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Além de discutirmos o principal movimento que foi responsável por popularizar a “ideologia de gênero” nos diversos espaços de nossa sociedade, o ESP e alguns de seus “frutos” e consequências percebidas e vivenciadas até a atualidade.

No segundo e último capítulo intitulado “O que enfrenta a escola nas questões de gênero como campo de saber plural, democrático e laico”, tratamos e analisamos os dados coletados por meio de entrevistas e observações de campo, na escola que atualmente faz parte do programa “Escolas Cidadãs Integrais”, que se iniciou na Paraíba no ano de 2016, mantendo em suas dependências a modalidade de “Ensino Integral”. As entrevistas e observações foram analisadas relacionando-as com as análises teóricas sobre as questões de gênero e o campo educacional.

CAPÍTULO 1

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: A FERRAMENTA CONTRA O DEBATE DE GÊNERO NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O termo “ideologia de gênero” tornou-se habitual nos discursos políticos da extrema-direita, nas redes sociais através das *Fake News* e nos mais diversos ambientes. No Brasil especificamente, a “ideologia de gênero” foi uma ferramenta importante para o avanço da extrema-direita nos postos de poder político, o pânico moral exacerbado pela crença em uma ameaça a manutenção da família tradicional, tiveram um grande impacto em uma parte significativa da sociedade brasileira. As famílias tradicionais, através do processo de alienação, tomaram a ideia da “ideologia de gênero” como de existência verídica, utilizada por grupos de esquerda, responsável pela destruição da família, e em qualquer lugar que se apresente deverá ser combatida com total fervor. Ao analisarmos o contexto da “ideologia de gênero” na atualidade e como ela se insere e afeta várias esferas da sociedade, é necessário analisar seu surgimento.

No contexto em que ocorria a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, no ano de 1995, a desigualdade de gênero foi uma pauta importante, o que chamou a atenção da Igreja Católica. Quando o termo gênero entra na pauta das discussões internacionais, destacando o problema da desigualdade como sendo estrutural, o termo “mulher” é substituído por “gênero”. Diante disso, emerge na Igreja Católica o termo “ideologia de gênero”, fornecido pelo então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, onde em seus escritos, ao servir-se da biologia para explicar o fenômeno da sexualidade, tratou como uma subversão dos valores o ser humano desejar moldar-se a partir de suas vontades para se sentir livre, onde a revolução contra os pressupostos biológicos, faz com que a criatura deseje tornar-se seu próprio criador (Ratzinger,1997).

Já como papa Bento XVI (Ratzinger) papado de 2005 a 2013, transformou a mulher em uma pauta importante de suas declarações, mas mantendo-a apenas ligada aos papéis tradicionais, enaltecendo seus dons de cuidados, de gerar filhos e se manter submissa ao marido. Sendo contrário ao movimento feminista ao enxergá-lo como uma tentativa de destruição dos valores cristãos. A “ideologia de gênero” passa a criar forças no meio católico,

ligado não apenas a uma pauta política, mas também pauta moral, embasada na Igreja Católica, que se amparou na biologia para difundir seus ideais de papéis sexuais, onde

Assim, de uma maneira aparentemente paradoxal, a Igreja trabalha para reforçar seu papel político na medida em que busca *despolitizar* determinadas questões, chamando-as para esfera em que sua autoridade é aceita como a mais legítima, a esfera moral. A discussão fica enquadrada como uma oposição entre o discurso político de direitos, que é o dos movimentos feministas e LGBT, e discurso moral de “valores”, verbalizado pela igreja e por seus aliados (Miguel, 2021, p.04).

Com o passar dos anos a “ideologia de gênero” se tornou cada vez mais presente nas pautas religiosas e de grupos conservadores, com os avanços na conquista de direitos pelas minorias no tocante aos direitos sexuais, ao passo em que o movimento feminista e LGBTQIAPN+ conquistavam direitos fundamentais através de longa luta, e aqui podemos citar o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher de 13 de maio de 1996, a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher em 08 de maio de 2002, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em julho de 2004, entre outros. A Igreja enxergava uma clara evidência de uma possível destruição da família tradicional heteronormativa, alegando que o matrimônio e a reprodução são ameaçados pelas reivindicações das lutas a favor da legalização do aborto e da união civil homoafetiva.

Desta forma, um instrumento que surge no interior da Igreja Católica que fomenta o pânico moral e a ameaça a família tradicional, logo é abraçado por grupos evangélicos, partidos políticos e instituições não governamentais, grupos ultraconservadores que enxergaram a “ideologia de gênero” como instrumento de dominação política e ideológica. Entrelaçados em um movimento global com os mesmos interesses e mecanismos, esses grupos buscam “salvar” a família da ameaça iminente. Junqueira em “A invenção da “ideologia de gênero”; a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero” (2018), reflete sobre o funcionamento das mobilizações antigênero

Em que pesem os diferentes contextos nos quais se inserem, tais mobilizações antigênero tendem a se basear na mesma premissa: “feministas radicais”, ativistas LGBTI, políticos de esquerda órfãos do comunismo, organismos internacionais e seus aliados estariam, de maneira sutil e insidiosa, empenhados em infundir a “ideologia de gênero”, especialmente nas escolas.[...] Para o vaticano e seus aliados, seria preciso interromper esses manipuladores, pois tal agenda político-ideológica, ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família tradicional”, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização (Junqueira, 2018, p.453).

É importante ressaltar que a visão da Igreja Católica sobre gênero fica aquém da complexibilidade do termo, no qual visualiza de forma preconceituosa e discriminatória,

inferiorizando a dimensão das discussões de gênero e as desigualdades que existem na sociedade. As acusações que são feitas aos estudos de gênero por estarem “em busca da destruição da família” é incompatível com a luta dos diversos movimentos pela liberdade sexual, igualdade de gênero e contra preconceitos e discriminação, não havendo espaço nas pautas para a “destruição da família”.

Notadamente, a “ideologia de gênero” foi criada como uma ferramenta importante para uma retórica ofensiva antigênero, em resposta aos avanços dos estudos de gênero, a conquista de espaço e direito das mulheres e dos LGBTQIAPN+. Como dito anteriormente, a Igreja Católica, a partir da década de 90, se empenhou para coibir os avanços dos estudos de gênero, descredibilizando-os e rechaçando as lutas por políticas educacionais para igualdade de gênero, políticas de combate ao feminicídio, mudança de sexo, união civil homoafetiva e outras diversas pautas políticas de gênero, assim como destaca Richar Miskolci² e Maximiliano Campana³

De qualquer forma, não é apenas a Igreja Católica e as organizações pró-vida que se reúnem em torno de seus preceitos religiosos as únicas instituições que lideram essa cruzada. Organizações evangélicas se uniram à “causa” e em vários países da região tiveram um enorme impacto para impedir o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos. Somam-se a esses grupos, outros, os quais apoiam a batalha por razões não apenas religiosas, caso do programa Escola sem Partido, no Brasil, criado em 2004 como reação às práticas educacionais que seus defensores definem como “doutrinação política e ideológica na sala de aula” e “usurpação do direito do pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos” (Campana; Miskolci, 2017, p.729-730).

O ensino público é alvo de ofensivas da direita e é considerado como acentua Apple (2003) uma espécie de “ameaça satânica”, onde os pais se queixam de que seus filhos estão aprendendo a questionar suas ideias e confrontá-los, onde a família e aos valores religiosos estão correndo risco. Portanto, as identidades de masculino e feminino para os conservadores já possui uma fórmula ideal firmada a partir de suas crenças religiosas, são preceitos de Deus, não havendo espaço para múltiplas identidades, cabendo então a escola manter os padrões sociais existentes de acordo com os valores conservadores da família.

Contudo, como assevera Louro (2003) é necessário reconhecermos que a escola além de refletir as concepções de gênero e sexualidade existentes em nossa sociedade também as produz. Objetiva a escola, portanto, formar sujeitos masculinos e femininos no padrão heteronormativo, com uma evidente preocupação com a sexualidade, para que esta não seja

² Richard Miskolci é professor associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar/ Pesquisador.

³ Maximiliano Campano é doutor em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Córdoba.

um problema a ser enfrentado pela escola, mas sim pela família. Sendo assim, podemos perceber que a escola se mantém como reprodutora de desigualdades quando busca manter padrões de formação que podem ser misóginos e homofóbicos, na procura da manutenção de uma ordem social preestabelecida reproduzindo desigualdades e para buscar modificar a forma como a escola se configura referente a essas questões é necessário reconhecermos o papel da escola, enquanto produtora de identidades de forma desigual.

Segundo Louro (2003) o entendimento de gênero perpassa por complexas redes de poder, sendo necessário compreender gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, sendo estas identidades plurais e múltiplas, que podem não ser permanentes e até mesmo serem contraditórias. Portanto, superando a ideia de gênero apenas ligado ao papel de masculino e feminino, mas para além disto como múltiplas formas que podem se assumir a feminilidade ou masculinidade.

É importante analisarmos ao longo das últimas décadas como se desenrolou o debate sobre questões de gênero na esfera política, mesmo que de forma breve, poderemos perceber o papel que os conservadores, grupos religiosos e políticos da extrema-direita ao se inserirem nas pautas políticas com discursos moralistas e com um fundamentalismo religioso, onde ao passo em que a luta dos grupos LGBTQIAPN+ e o Movimento Feminista conquistava pequenos espaços e voz na sociedade brasileira, cada vez mais estes se organizam para inviabilizar a luta com a narrativa da “defesa” da família. As consequências disto na atualidade é a manutenção da desigualdade de gênero e reprodução de preconceitos que perduram em uma sociedade moderna, mas com uma cultura que permanece conservadora.

1.1 - MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: A OFENSIVA DO CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO

No Brasil as reações contra os estudos de gênero e as pautas feministas e LGBTQIAPN+ fomentadas por grupos religiosos seguiu uma onda mundial. Apesar de o Brasil ser um país laico, não é novidade em sua política a presença forte de políticos conservadores e de bancadas religiosas no Congresso Nacional, que inflamam pautas com um fundamentalismo religioso inferiorizando o teor laico garantido pela Constituição Federal de 1988. Tais grupos religiosos, especialmente católicos e evangélicos através de pautas

moralistas buscam apoio dos diversos setores da esfera pública e promulgam seus discursos através das mídias e redes sociais.

Como vimos, na década de 90 a pauta gênero toma espaço internacional, com isso o Brasil entra nas discussões de gênero a partir do reconhecimento dos direitos das mulheres em suas afirmações de compromissos com a comunidade internacional. Através dos acordos e relações firmadas através das conferências internacionais, ao longo da década de 90 firmaram o compromisso de um novo pacto educacional para abordar temáticas como desigualdades socioculturais no objetivo de flexibilizar o currículo, melhorar a formação docente, entre outras projeções (Vianna, 2015). Porém, foi somente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que as políticas públicas sobre gênero começaram a ser institucionalizadas.

As questões de gênero foram incluídas no Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade⁴ (SECAD), e com a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM). Isto representou significativos avanços nas políticas educacionais, que buscam promover a igualdade de gênero e o combate à homofobia. A partir disso, o Governo Lula iniciou uma série de políticas para inclusão da temática gênero no campo educacional. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que substituiu o antigo programa Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (Carvalho; Mendes, 2015). Com a reestruturação destes órgãos ocorreu uma ampliação no campo de atuação do fundo e um incentivo à formação continuada dos professores, onde se inclui a preparação para abordagem de temáticas de gênero.

Algumas das políticas estavam relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), para que o mesmo fosse aplicado nas escolas, onde incluía alguns cursos de formação para professores, sendo um deles sobre gênero, intitulado “Gênero e Diversidade na Escola”, que buscava abordar a temática gênero, diversidade, o respeito às diferenças, as relações etnico-raciais e orientação sexual. Segundo Vianna (2015), a formação continuada de professores, foi uma das políticas educacionais que trouxeram a temática de gênero e diversidade sexual para o campo escolar, desmistificando o tabu do tema na escola, e

⁴ A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade foi criada em 2004, com o objetivo de atuar em conjunto com o Ministério da Educação em políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à educação a todos os cidadãos, considerando as especificidades de gênero, idade, raça e etnia, etc.

possibilitando um diálogo dos profissionais sobre a importância da problematização dessas questões para o campo escolar.

Em paralelo a estes pequenos, mas significativos avanços, os grupos conservadores reagem a estas políticas na tentativa de as impedir, no objetivo de manter a escola como reprodutora de uma cultura conservadora, alinhada as políticas de direita neoliberal, pois a instituição escolar já possuía espaços de diversidade e inclusão. Para além do campo educacional, o primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) foi muito significativo para as lutas dos direitos sexuais, devido ao fato que em 2004 ocorreu a criação do programa “Brasil sem Homofobia”, voltado para o combate a homofobia, violência seja ela física, verbal, ou simbólica, além da defesa das identidades de gênero. Inicialmente, estava mais voltado para questões de violência contra homossexuais, mas logo também se inseriu na problematização das questões que envolvem as desigualdades de direitos na perspectiva da justiça social (Vianna, 2015).

Apesar da iniciativa de programas educacionais que abordassem a temática de gênero, e os avanços na busca por igualdade de gênero e contra homofobia, segundo Vianna (2015) durante o período do Governo Lula (2003-2010) a temática de gênero continuava sendo pouco trabalhada nas escolas, já existindo uma resistência de grupos conservadores em relação às lutas feministas e LGBTQIAPN+. A “ideologia de gênero” já estava sendo utilizada como ferramenta antigênero pelo mundo, e ao passo que no Brasil a partir do primeiro governo de esquerda dava mais visibilidade às lutas pela igualdade de gênero, e os direitos sexuais e reprodutivos, grupos conservadores passaram a firmar nas escolas suas ofensivas contra os estudos de gênero.

Já no governo também de esquerda de Dilma Rousseff (2011-2014), durante seu primeiro mandato no ano de 2011 foi reconhecida pelo Superior Tribunal Federal (STF) a união civil para pessoas do mesmo sexo. Durante esses avanços, a Igreja passa a entrar em um conflito mais latente com a esquerda do país, gerando contestações de grupos religiosos e conservadores. No campo educacional a aprovação do PNE de 2014 que passou por um longo período de discussões, foi outro ponto marcante das retóricas antigênero de grupos religiosos e conservadores, onde ocorreu um aumento do pânico moral através da “ideologia de gênero”. Líderes religiosos e políticos conservadores, que se fazem presente na política nacional, acusaram o PNE de estar “legalizando a ideologia de gênero” nas escolas, com isso

qualquer citação do plano referente a diversidade, a promoção de igualdades de gênero e orientação sexual foram alvos de grandes protestos.

Toda a campanha dos setores religiosos conservadores contra a diretriz do PNE deu-se pautada na luta contra o que se classificou como “ideologia de gênero”. Sob o argumento de que gênero constituía uma ameaça contra a família, pois subverteria a sexualidade e a família “natural”, esses setores apostaram fortemente nos sentidos objetivados, portanto dominantes, de sexo e família, para encamparem sua luta contra a discriminação das desigualdades de gênero e de orientação sexual e, não esqueçamos, contra a discriminação das desigualdades étnico-raciais e regionais (Souza, 2014, p. 197).

Convêm acrescentar que não é objetivo desta monografia analisar em profundidade o PNE aprovado em 2014, porém, torna-se relevante apresentar como as pautas sobre diversidade, orientação sexual e gênero estavam incluídas nas discussões da elaboração do PNE desde 2010, onde somente em 2014, teve seu texto final aprovado após longo debate público entre profissionais da educação, políticos e várias esferas da sociedade. A “ideologia de gênero” se fez presente nas discussões a partir de contestações de políticos conservadores, que acusavam o PNE de utilizar as pautas sobre o combate a desigualdade de gênero como uma prática de “ideologia de gênero” que seguiu como discurso até a eleição de 2018, segundo Sandra Duarte de Souza⁵

Para acentuar ainda mais o pânico moral, fertilizando o solo da recepção da mensagem antifeminista e antigênero, os segmentos católicos e evangélicos de cunho conservador, no processo de produção de verdades, argumentam que existe uma estreita relação entre os partidos de esquerda de orientação socialista e organizações internacionais para a implementação da “ideologia de gênero” no País, sugerindo uma ação orquestrada na luta contra a família “natural” (Souza, 2015, p.199)

No período de 2019 a 2022 o Brasil teve um governo de extrema-direita, e vivenciou um crescimento do conservadorismo, onde políticos da direita vem assumindo a chefia dos governos. A eleição de 2018, na qual Jair Messias Bolsonaro venceu a candidatura à presidência da República pode ser considerada uma relevante vitória do conservadorismo no país. Na disputa da eleição, a pauta de gênero foi muito importante, sendo um marco para identificar candidatos de direita e de esquerda. Pois, se algum candidato demonstrasse qualquer mínimo apoio à luta pela igualdade de gênero, passaria a sofrer represálias dos grupos conservadores (Silva, 2021). Com isso, as pautas sobre gênero e sexualidade

⁵ Sandra Duarte de Souza possui pós-doutorado em História Cultural pela UNICAMP (2010). É professora titular da Universidade Metodista de São Paulo, onde coordena o Grupo de Estudos de Gênero e Religião - Mandrágora/ Netmal.

discutidas no período da eleição foram utilizadas por grupos conservadores para inflamar a ideia da “ideologia de gênero” aos eleitores e fomentar um pânico exacerbado, na crença de que caso um governo de esquerda fosse eleito a família tradicional estaria sob ameaça.

Neste cenário, a campanha de 2018 foi marcada por violências simbólicas, discurso de ódio e ataques a minorias de forma geral, no campo dos estudos de gênero ocorreram perseguições nas universidades, contra estudantes e professores que abordavam temáticas de gênero, ocorrendo vários episódios de invasão das universidades e perseguições (Silva, 2021). Todo o campo educacional foi afetado pela política violenta do Governo de Jair Bolsonaro. Através de seus discursos o mesmo incentivava a perseguição aos professores na forma de “vigilância” que deveria ser feita pelos alunos e pelos pais, conjuntamente alimentava um pânico moral da destruição da família.

No Governo Bolsonaro (2019-2022), ocorreram importantes retrocessos na luta por direitos das minorias, o posto de liderança do governo foi ocupado por um político de extrema-direita e ultraconservador que em seus diversos discursos disseminou preconceito e ódio contra mulheres e LGBTQIAPN+. Assim como os demais políticos conservadores nas esferas, municipal, estadual e federal, Bolsonaro reduziu a complexidade das questões de gênero a “ideologia de gênero” que supostamente estava sendo realizada pela esquerda nos governos anteriores.

A Concepção binária de gênero foi defendida por grupos conservadores e amplamente divulgada após as eleições de 2018, onde uma representante do Governo, Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), em seu discurso de posse, no ano de 2019, reduziu a questão de gênero a frase “Menino veste azul e menina veste rosa”. Tal concepção representa a visão do governo eleito em 2018, que acabou por influenciar uma grande parte da sociedade brasileira. As consequências desse pensamento excluem as análises de gênero a partir da concepção não binária, além de mascarar as complexas nuances do termo. Todavia nesta pesquisa a compreensão vai além de tais concepções, assim como nos aponta Cruz (2014)

(...) que gênero, além da ideia de masculinidade e feminilidade, expressa relações de poder tanto quanto outros marcadores sociais e com eles se combina, construindo grupos sociais com identidades múltiplas, em que cada grupo se apresenta com necessidades particulares, mas sofrendo experiências comuns à organização social e econômica em que estão inseridos (Cruz, 2014, p.23).

Com isso, a perseguição aos professores, e a tentativa de criminalizar o debate de gênero na escola ganharam ainda mais força. Pois, o Governo federal permaneceu validando

discursos misóginos e homofóbicos, incentivando que grupos conservadores pregassem suas ideias de forma ampla nas redes sociais e por outros diversos meios. A partir disso os professores passaram cada vez mais a serem acuados por pais de alunos, pela escola e por uma parte dos alunos, exercer o magistério em especial a área de humanidades se tornou cada vez mais difícil.

A “ideologia de gênero” se popularizou no campo escolar de forma mais efetiva através do Movimento Escola sem Partido (ESP). Criado por Miguel Nagib no ano de 2004, o movimento segundo o fundador foi motivado por um episódio ocorrido na escola de sua filha, onde Nagib relata que o professor de história ao tratar sobre atores históricos e ideologias comparou São Francisco de Assis a Che Guevara⁶, ao falar sobre como essas personalidades tiveram suas vidas motivadas pela ideologia religiosa e política. Após o relato de sua filha, Nagib se revoltou com a situação e acabou por escrever uma carta aberta, e distribuiu aos pais dos demais alunos, em uma tentativa de “alertar” os pais e buscar apoio em sua visão de negação a atitude do professor, e assim tentar prejudicá-lo para que isso não voltasse a ocorrer. Contudo, Nagib não obteve na época o apoio dos pais e isso causou sua revolta, motivando-o a criar um movimento onde tentaria implementar a censura nas escolas.

Contudo, ao manifestar suas motivações para criação do movimento, outros motivos essenciais foram deixados de fora na narrativa contada pelo fundador. Pois, na época em que criou o ESP, Nagib era membro do Instituto Liberal de Brasília e articulador do Instituto *Millenium*. Ambos defendiam valores neoliberais com o apoio de grandes grupos econômicos, buscando combater uma suposta “doutrinação” e difundir os ideais neoliberais na educação (Moura, 2018). Não era vantajoso para o movimento que as pessoas percebessem os interesses que existem por trás do ESP. Pois, o discurso fundamental demonstrava o intuito da proteção dos filhos contra a “doutrinação” realizada por professor de esquerda, que através do ensino difundiam suas ideias contra os valores conservadores.

A partir deste movimento foram criados vários projetos de lei por todo o país, as redes sociais e os discursos políticos foram responsáveis por disseminar as ideias do movimento, tornando-o bastante conhecido. Porém, por muitos anos o movimento não teve tanto reconhecimento, e só após figuras políticas da extrema-direita trazerem o ESP para o papel de

⁶ O objetivo da discussão proposta pelo professor ao utilizar estas duas personalidades era para explicar como elas atuaram e morrerão em função de suas crenças ideológicas. No caso de São Francisco de Assis temos a adesão completa à abnegação do mundo material em prol da salvação espiritual. Enquanto, no caso de Che Guevara temos adesão ao pensamento marxista revolucionário que procurou expandir a revolução pela América Latina.

destaque, ao ser utilizado como ferramenta política para atrair eleitores, passou a ter maior visibilidade e adesão

Apenas em 2014, o ESP começou a ser levado a sério, quando o deputado estadual Flávio Bolsonaro encomendou a Nagib um projeto de lei de censura aos professores, que o próprio político sugeriu batizar de Programa Escola Sem Partido. O deputado foi então o primeiro a apresentar um projeto de lei que trata de ESP em uma casa legislativa, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o que foi imediatamente copiado por seu irmão Carlos Bolsonaro, em nível municipal, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (Moura, 2018).

Em seu *site* oficial⁷ o ESP se apresenta como: “a mais importante e consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária.”. Em sua apresentação, o movimento destaca a sociedade livre devendo a escola de forma neutra trabalhar com diversas perspectivas. Porém, este discurso é extremamente contraditório com os ideais do próprio movimento que deseja censurar professores. Pois, a liberdade do discurso deve acabar quando esbarra em pautas sociais como a desigualdade de gênero, preconceitos, religiões de matrizes africanas, educação sexual entre tantos outros; que são veemente repudiado pelo movimento, cabendo aos pais a responsabilidade pela decisão daquilo que seus filhos devem aprender, de acordo com seus valores.

O movimento Escola sem Partido também se apresenta como um programa de projetos de lei em esfera municipal, estadual e federal, sendo um de seus objetivos tornar obrigatório em todas as salas de aulas que sejam fixados cartazes com os deveres dos professores, e caso algum deles não seja cumprido, alunos e pais possam denunciá-los. Os deveres são:

1.O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. 2.O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. 3.O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.4.Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.5.O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.6.O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (ESP, 2019).

⁷ www.escolasempartido.org

Os políticos apoiadores do ESP, que buscam através de projetos de leis implementá-lo, são políticos conservadores de extrema-direita, onde afirmam que a “ideologia de gênero” é uma prática comum em todas as escolas do país. Através deste discurso, se busca censurar os professores no objetivo de manter as discussões de gênero como um tabu em nossa sociedade, atendendo aos seus interesses. A “ideologia de gênero” no ESP se apresenta como a ferramenta principal para que os mesmos defendem a moral e os valores conservadores. Para isso, fazendo uso do discurso da existência de uma “ideologia de gênero” na escola buscam criminalizar as discussões sobre: educação sexual, desigualdade de gênero, o movimento feminista, os grupos LGBTQIAPN+, entre outros.

Na mesma medida, os discursos de “doutrinação ideológica” buscam criminalizar a discussão de assuntos que vão contra as ideias liberais, além das discussões de religiões que não sejam cristãs, movimentos sociais e políticos que não sejam de direita. Apesar de várias tentativas para aprovação de diversos projetos de lei, apenas um projeto alagoano foi aprovado, mas posteriormente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, os efeitos já são sentidos. O discurso de ódio contra os professores está difundido e são muitos os docentes que estão sendo perseguidos, filmados e expostos nas redes sociais, linchados virtualmente e ameaçados de agressões, morte e estupro. A categoria já está, nesse momento, sofrendo perseguições típicas de regimes autoritários. São comuns as comparações com a situação de medo vivida por professores no período do macarthismo nos Estados Unidos, na ditadura militar brasileira e no regime nazista (Moura, 2018).

A escola se tornou um alvo predominante dos grupos religiosos e ultraconservadores. Ao passo em que se buscava cada vez mais tornar a escola um lugar democrático, plural e laico; encontra-se na atualidade com o embate desses grupos que afirmavam que a escola, e mais precisamente os professores, estariam tentando doutrinar as crianças contra os valores da família. Usurpando dos pais o direito de educar seus filhos enquanto a moral e valores, sendo vedado a escola promover educação sexual e moral de seus filhos. Diante disto, alguns professores optam por não debater questões de gênero com seus alunos para evitar sofrer represálias dos pais ou da própria instituição, outros optam por defender a liberdade de ensino, e lutam para que a censura pretendida por tais grupos não ganhe força no ambiente que deve ser democrático.

O discurso sobre a neutralidade no ensino também está vinculado a reivindicações de grupos neoliberais na defesa do ensino técnico nas escolas. Por isso, ao tornar o professor o alvo das perseguições demonstra a tentativa desses grupos por um controle ideológico do que o professor deve ensinar de forma neutra e técnica, mas quando se trata das questões de

gênero e sexualidade não compete a esses profissionais o debate, mas sim a família (Silva, 2021). Diante disto, políticos de direita buscam de toda forma implementar através de Projetos de Lei uma clara censura aos professores, muitos destes projetos são cópias fiéis do ESP, orientadas pelo movimento, a fim de alcançar o maior número de escolas, seja em escalas municipais ou estaduais, um exemplo claro destas investidas foi a “Lei da Mordação”.

A Lei 7.800/2016 da “Escola livre”, ficou popularmente conhecida como “Lei da Mordação”, de autoria do deputado Ricardo Nezinho (PMDB), foi aprovada em abril de 2016 pela Assembleia Legislativa de Alagoas, e suspensa em 2017 através de uma liminar do STF, onde após votação em 2020, trazida ao STF pelo relator Luís Roberto Barroso, foi declarada inconstitucional. No texto final da lei, aprovada na época por unanimidade pelo parlamento alagoano, ficou claro a tentativa de cessar a liberdade de ensino dos professores, onde em seu artigo (3º), Nezinho destacou o que os professores não poderão fazer em sua sala de aula:

Art. 3º No exercício de suas funções, o professor: I – não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para qualquer tipo de corrente específica de religião, ideologia ou político-partidária; II – não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III – não fará propaganda religiosa, ideológica ou político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas; IV – ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas das várias concorrentes a respeito, concordando ou não com elas; V – salvo nas escolas confessionais, deverá abster-se de introduzir, em disciplina ou atividade obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com os princípios desta lei (Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, 2017).

A “Lei da Mordação” é um dos exemplos dos frutos gerados a partir do ESP, que se desenvolveram em todo o país, com o mesmo intuito de coibir uma educação democrática e plural, buscando no campo educacional e se apoiando no discurso moralista pela manutenção da família tradicional heteronormativa, continuando a reproduzir preconceitos e desigualdade de gênero. É notório o papel que o professor ocupou durante todo o movimento, tornando-se o alvo principal desses grupos, sendo necessário “controlar” os professores. Pois, estes supostamente são os responsáveis pela doutrinação de seus filhos, e por meio de crenças próprias incentivam os estudantes a concepções ditas de esquerda, contra a moral e os valores da família. O que o deputado Nezinho deixa claro na justificativa do seu projeto “Escola Livre”

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vem-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes e determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com

os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. Diante dessa realidade, conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito à que seus filhos menores recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, 2017).

O professor é a figura principal nas propostas de implementação da censura nas escolas, sendo o alvo desses grupos na medida em que transformam o professor em um vilão, que necessita de vigilância dos pais e alunos para que não os doutrine em sala de aula. Ao passo em que torna a família o centro primordial da formação, o professor se torna o vilão quando tenta usurpar dos pais, o papel do educador da moral e dos valores para seus filhos.

O fundador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, deu adeus à liderança do movimento em agosto de 2020, um dia depois de o Supremo Tribunal Federal definir como inconstitucional o projeto de Lei “Escola Livre”, que foi amplamente inspirado e orientado pelo movimento ESP. Ao ser questionado sobre os motivos de sua saída, Nagib destacou o alcance que o movimento teve ao longo dos anos, e como foi essencial para as eleições de 2018, sendo pauta de debates dos candidatos à presidência, demonstrando sua força e apoio de grandes líderes políticos da direita, que causou um grande alcance do movimento.

Contudo, após a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018 o movimento que contava com grande visibilidade passou a não ter tanto destaque nos discursos políticos e nas redes sociais como no período eleitoral. Para Nagibe a luta do movimento deveria ser ampla, contra a utilização do sistema de ensino para propagandas políticas partidárias, ideológicas e anti-religiosas, práticas que segundo ele se expandiram por todo o país necessitando de uma grande mobilização para coibi-las (ESP, 2019).

Apesar da saída de Miguel Nagib do ESP, o movimento se expandiu de forma que suas ideias e propostas seguem vivas e fortes em meio ao campo educacional por grupos conservadores e políticos de direita. Vale ressaltar que o movimento busca usurpar a liberdade de ensinar, e através do discurso de um ensino “neutro” segue na tentativa de disseminar os ideais conservadores e neoliberal. A neutralidade defendida pelo movimento é uma falácia que se mantém apenas para temáticas que não contemplem seus interesses, as consequências disto são vistas e vivenciadas pelos profissionais da educação até os dias atuais.

Como vimos, a escola possui um lugar de destaque para os grupos ultraconservadores, isso se dá pelo papel extremamente importante que a escola possui na sociedade. É vital para esses grupos que o lugar de formação do cidadão para sociedade moderna, seja reflexo de suas ideias e atendam a seus próprios interesses, para isso é necessário buscar de qualquer maneira se inserirem no campo escolar mesmo que para isso se utilizem de falsas narrativas como da “ideologia de gênero”.

Diante deste cenário dos últimos anos no Brasil, um episódio recente auxilia nossa pesquisa no entendimento da problemática das discussões de gênero na escola. Uma orientadora educacional chamada Juliana Andozio, funcionária da Escola de Educação Básica de Muquém, na cidade de Florianópolis-SC, possui especialização em gênero e diversidade, e estava atuando na escola com projetos sobre Direitos Humanos. Em 2022 foi acusada por pais e alunos de estar “praticando doutrinação e acusando os alunos de serem machistas e homofóbicos”. Foi aberto um processo administrativo, mas as ameaças se tornaram cada vez mais agressivas, onde no início do ano letivo de 2023 houve o afastamento da Juliana pela sua segurança e integridade física. Em entrevista ao Portal Catarinas, blog independente formado por mulheres catarinenses feministas e antirracistas, Juliana contou que

O que acontece é que poucas famílias, que não estão acostumadas com projetos integradores e nem em seguir o regimento interno da escola, não estavam gostando da forma que eu estava atuando. Só que isso não foi trazido com uma conversa, não foi levado ao Conselho Deliberativo, eles partiram para a agressão. A primeira conversa com uma das mães foi bem agressiva, ela falou que ia me expulsar da unidade escolar. Eu tive que abrir um boletim de ocorrência, e isso foi se agravando (Pessoa, 2023, [catarinas.info]).

Os pais dos alunos se organizaram através das redes sociais a partir da criação de um perfil no *Instagram* e grupo de *WhatsApp* intitulado de “pais conservadores floripa”, a fim de promover manifestações em frente à escola. Nos cartazes elaborados, a orientadora é apresentada como “Orientadora pós-graduada em ideologia de gênero, querendo impor banheiro binário, acusando alunos de homofóbicos etc”. Além das manifestações, os pais buscaram o apoio ao político conservador João Paulo Ferreira (União Brasil), vereador da cidade, que além de participar da manifestação também levou a temática para a Assembleia, disseminando a narrativa dos pais enquanto a “doutrinação” praticada pela professora, incitando mais agressões para com a mesma.

A publicação feita no *site* Catarinas sobre o caso da orientadora Juliana Andozio, possui um lugar aberto para comentários de forma pública, e um deles chama atenção por demonstrar a visão de algumas pessoas sobre o ocorrido sendo um reflexo do que

encontramos na atualidade com os pais de alunos e seus posicionamentos sobre a escola, onde um internauta teceu o seguinte comentário:

Os professores começaram a delirar em sala de aula... Eu não gostaria que meus filhos tratassem sobre homofobia, gênero, racismo, "democracia", "diversidade", blá, blá, blá, blá, blá, blá... Nessa idade, na "escola" e com gente com uma visão torta de questões como essas. Gênero, têm que saber que existem o masculino e feminino, até para que não se lhes "abram 'novos' horizontes 'possíveis' para alguns". Quando contarem com a idade certa, serão informados, EM CASA, do que isso realmente se trata. A lei não pode permitir que enfiem conceitos pessoais na cabeça de crianças e adolescentes, sob pena de favorecer a prática da doutrinação, da lavagem cerebral. Esses conceitos devem ser desenvolvidos junto à família, não a estranhos, principalmente quando já vêm de processos de lavagem cerebral, aplicados por escolas como essas que querem empurrar goela abaixo e interesses íntimos. Esse tipo de educação tem que ser dado por pessoas muito próximas e íntegas, perfeitamente sincronizadas com o meio da criança, ou seja, familiares. Fora isso é doutrinação, mesmo que amadora, nos meios sociais, se é que essa ainda existe (Leitor, *apud* Pessoa, 2023, [catarinas.info]).

Ao analisarmos este comentário, é possível perceber que existe uma clara defesa sobre os temas que devem ser abordados apenas em “casa”, a crença de que o professor ao abordar em sala de aula temáticas sobre igualdade de gênero, homofobia, machismo, entre outros, se configuram como uma “doutrinação”, e no caso de gênero que possa “abrir novos horizontes”, ou seja, influenciar as decisões individuais dos alunos ou como é apontado uma forma de “ideologia de gênero”.

Ao tornar o professor o “vilão” busca-se amedrontá-los, ameaçá-los e coagi-los, para que aceitem as determinações dos pais, e para que abram mão de um ensino democrático, plural e laico. Ações de violência e ameaças como exemplificados no caso da orientadora Juliana Andozio ocorrem diariamente em diversas escolas do nosso país, para que consigam apoio e adesão da comunidade como um todo, os grupos conservadores se utilizam de falsas acusações para instaurar um pânico moral exacerbado na crença de uma ameaça iminente. A partir da narrativa de que a família corre perigo e que seus filhos estão sendo “doutrinados”, buscando assim intervir no funcionamento das escolas para que estas atendam seus interesses.

Além da perseguição aos professores, existe uma tentativa de pontuar a educação formal como aquela que apenas ensina a “ler e escrever”, inferiorizando o caráter complexo que a escola possui na formação do indivíduo, ainda mais quando nos deparamos na atualidade com as escolas de Ensino Integral onde os estudantes passam a maior parte do seu tempo dentro da escola, socializando com demais alunos. E a partir deste espaço espera-se que a educação formal prepare o aluno para a vida na sociedade moderna, assim como asseveram Guilherme Paiva de Carvalho e Marcília Gomes Mendes (2015)

A educação formal pode ser visualizada como um espaço de formação da consciência crítica que tem potencial para proporcionar a reflexividade, a independência e a emancipação de mulheres e homens, buscando a igualdade de gênero. Para tanto, é preciso incluir a questão de gênero nas políticas educacionais e nos conteúdos de programas formativos considerando que, na contemporaneidade, as tecnologias potencializam o acesso ao conhecimento e a escola constitui um espaço de socialização dos bens culturais e construção da cidadania (Carvalho; Mendes, 2015, p.21)

É preocupante o fato de que nas últimas décadas as ofensivas antigênero tenham ganhando expressivo espaço no campo educacional, disseminando idéias neoconservadoras nas instituições de ensino e principalmente no Ensino Básico. Isto reflete um retrocesso para uma sociedade dita moderna, onde a luta por direitos sexuais e igualdade de gênero se mantenha alvo de perseguição e retaliação. As consequências dessas ofensivas têm gerado um ambiente perigoso aos professores que se mantêm na luta pela educação libertária. Já a não problematização dos debates de gênero no campo educacional, mantém as desigualdades de gênero e reproduzem preconceitos.

CAPÍTULO 2

O QUE ENFRENTA A ESCOLA NAS QUESTÕES DE GÊNERO COMO CAMPO DE SABER PLURAL, DEMOCRÁTICO E LAICO

2.1 O CONTEXTO ESCOLAR

A escola é tida como espaço habitual no cotidiano das pessoas, costumeiramente ao buscar identificar o papel da escola para formação do indivíduo, pensamos no quanto é necessário que nela possam aprender a ler, escrever, resolver problemas matemáticos, ter conhecimento sobre História, Biologia, entre outros, com o objetivo de ingressar no mercado de trabalho e/ou em um curso de nível superior. Pouco se pensa sobre a escola como espaço de vivência, socialização, reprodução de saberes, costumes, preconceitos e desigualdades. Tratando-se de uma escola que funciona em tempo integral como a escola objeto desta pesquisa, a vivência escolar representa a maior parte do tempo do cotidiano dos estudantes, fazendo com que estes aspectos se potencializem.

Vale destacar que, como aponta Bourdieu (1992), o sistema de ensino possui diferentes especificações de sua função própria. A produção de indivíduos com pensamentos comuns e reprodutores de sua própria formação, corresponde a função da escola na conservação da cultura dominante. Sendo assim o sistema de ensino é um importante aliado

da conservação social, atendendo a interesses da classe dominante para manutenção de uma ordem social preestabelecida, e caso não sofra interferências mantém-se este ciclo de produção de indivíduos que irão reproduzir e conservar a ordem social. Bem como, o sistema escolar possui uma função ideológica de legitimação desta ordem social preestabelecida e suas relações de classe onde:

Considerando-se as condições históricas e sociais que definem os limites da autonomia relativa que um sistema de ensino deve á a sua função própria definido ao mesmo tempo as funções externas de sua função própria, todo o sistema de ensino se caracteriza por uma *duplicidade funcional* que se atualiza plenamente no caso dos sistemas tradicionais em que a tendência para a conservação do sistema e da cultura que ele conserva encontra uma exigência externa de conservação social. É com efeito a sua autonomia relativa que o sistema de ensino tradicional deve o fato de poder trazer uma contribuição específica à reprodução da estrutura das relações de classe já que lhe é suficiente obedecer às suas regras próprias para obedecer ao mesmo tempo aos imperativos externos que definem sua função de legitimação da ordem estabelecida, isto é, para preencher simultaneamente sua função social de reprodução das relações de classe, assegurando a transmissão hereditária do capital cultural e sua função ideológica de dissimulação dessa função, inspirando a ilusão de sua autonomia absoluta. (Bourdieu, 1992, p. 208)

O sistema de ensino possui seu papel na conservação das desigualdades, com isso não podemos ignorar a contribuição da escola para reprodução de uma estrutura caracterizada pelas relações de classes. A partir das práticas mantidas na escola referente a manutenção da ideologia dominante, que a mantém viva, sendo repassada aos alunos e professores (Bourdieu, 1992). O que vemos na atualidade é uma relação prioritária entre o sistema escolar e o sistema econômico, de certa forma reduzindo a função de ensino a uma funcionalidade técnica, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho que segue uma onda neoliberal, que vem modificando as instituições, os meios de comunicação e o mundo do trabalho. Dessa forma, torna-se cada vez mais valorizada a produtividade da escola, gerando o empobrecimento do ensino na tentativa de produzir com menos custo possível uma grande quantidade de indivíduos que atendam as demandas do mercado.

A partir da reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei n.º 13.415/2017, foram estabelecidas modificações na estrutura do ensino com a ampliação do tempo mínimo da carga horária do estudante na escola por ano, que anteriormente era de 800 horas e passou a ser 1000 horas. O ensino deve ser feito na atualidade com a perspectiva do desenvolvimento de competências e habilidades, com isso além das disciplinas tradicionais foram incluídas áreas de conhecimento para formação técnica e profissional, onde em teoria, os estudantes passam a ter diferentes escolhas na sua formação, com os chamados itinerários formativos.

Os itinerários formativos corresponde a parte diversificada de ensino que contempla disciplinas e projetos de maneira geral, que podem ter aprofundamentos nas áreas de conhecimento (Linguagens e Suas Tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), ou na formação técnica e profissional. As redes de ensino têm autonomia para decidir quais itinerários formativos irão oferecer nas escolas. Na escola, alvo da pesquisa as disciplinas da parte diversificada possuem temas gerais que se aprofundam nas áreas de conhecimento de acordo com o que cada professor leciona, e sua formação.

Nos deparamos com uma supervalorização do ensino metadisciplinar, ou seja, aquele que não é contemplado pelas disciplinas tradicionais, ligados a práticas do cotidiano e a vida profissional. Dessa forma, o intuito é de que o estudante seja preparado para os desafios do mundo do trabalho, capaz de se adaptar às diversas condições do mercado. O rigor crítico e científico é muitas vezes dispensado para que, em contrapartida, a formação priorize a produção de indivíduos prontos para atender as necessidades do mercado de trabalho, não esquecendo da manutenção das classes sociais.

Contudo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 não possui especificações claras sobre os estudos de gênero e sexualidade, não havendo no documento a menção explícita de “gênero” e “orientação sexual”. Dessa forma, a supressão dos termos gera controvérsias de que a temática pode ou não ser trabalhada na escola, mas a BNCC não proíbe explicitamente a discussão dos temas, ficando a cargo de interpretações das competências que são estabelecidas para o ensino. Porém, o princípio de igualdade, liberdade de ensino, e não discriminação não podem ser violados, sendo este um ato inconstitucional.

A BNCC, tem o papel norteador do ensino na Educação Básica de todo o Brasil, logo possui 10 competências gerais, onde as competências 7, 8 e 9 possibilitam os estudos de gênero e sexualidade. Deste modo, os professores podem assegurar os estudos da temática através do objetivo de alcance destas competências. Nelas se destacam a promoção do respeito aos direitos humanos, compreensão da diversidade humana, a valorização da diversidade dos indivíduos e de grupos sociais com suas identidades e culturas, sem preconceitos. São elas:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2017, p. 9-10).

A partir das mudanças realizadas na BNCC, o Estado da Paraíba preparou um documento denominado Proposta Curricular do Estado da Paraíba, onde buscou adequar o ensino estadual ao Novo Ensino Médio, e a todas as mudanças da Educação Básica. Podemos destacar a Competência 5 disposta para área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da proposta da Paraíba um caminho para defesa da discussão de gênero, onde é proposto “Identificar e posicionar-se sobre as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, fundamentado em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Paraíba, 2020, p. 387). Esta Competência possui várias Habilidades a serem atingidas, como:

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (Paraíba, 2020, p. 391)

Um ponto que nos chamou atenção no documento de proposta curricular da Paraíba foi a presença das ideias do teórico Paulo Freire, no entendimento de que o processo educativo não pode se limitar à transferência de conteúdos, como também na justificativa dos estudos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ressaltando a prática educativa na busca por um mundo mais democrático e humano. Com isso, o que espera-se encontrar na escola a partir da teoria é uma educação crítica que liberte o indivíduo.

Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” (1987), destaca que a educação como uma prática de liberdade deve proporcionar uma reflexão crítica, consequentemente das questões

sociais desse mundo no qual estamos envolvidos, onde a problematização desse mundo permite a liberdade dos indivíduos. Dessa forma, apesar de na teoria ser defendido os princípios educativos defendidos por Paulo Freire, as mudanças na educação priorizam aspectos mais práticos e conteudistas deixando de lado um teor crítico e problematizador e cabe aos professores buscar através de suas interpretações, mecanismos que mantenham um ensino crítico.

2.2 PRÁTICA E COTIDIANO: OBSERVAÇÕES NA ESCOLA

Compreendendo as modificações sofridas pela escola nos últimos anos e seu contexto atual, bem como, com o objetivo de entender como as discussões sobre gênero se inserem no ambiente escolar, e as dificuldades de sua execução, realizamos observações de campo em uma escola que está imersa nestas mudanças, e que possui o ensino em tempo integral. Além das observações de campo, foram realizadas entrevistas com alunos e um professor da instituição. Buscamos analisar se após as reformas no ensino, que trazem na teoria a problematização das desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, se realiza na prática observada no cotidiano escolar de uma escola pública da cidade de Campina Grande-PB.

Para tanto, foi requerido um esforço necessário para pensar a escola não apenas como um local de transmissão de saberes de professor para aluno, mas buscamos enxergar o espaço escolar como campo de socialização e reprodução da cultura. Onde os processos educativos permeiam os espaços da vida cotidiana e a escola é responsável por socializar os saberes e conhecimentos que são acumulados historicamente, assim como também constrói outros saberes (Cara, *apud*. Cássio, 2019). Da mesma forma, é importante considerar que um dos objetivos da escola é de que os jovens ao concluírem o Ensino Básico possam ser capazes de desempenharem seus papéis como cidadãos na construção de uma sociedade mais justa.

As observações de campo tiveram início no mês de maio de 2023 e foram finalizadas em setembro do mesmo ano, foram realizadas observações nas turmas do 1º, 2º, e 3º ano médio durante as aulas de Sociologia, e em uma disciplina eletiva que corresponde a parte diversificada do currículo, que contava com alunos do 9º ano do ensino fundamental, 1º, 2º e 3º ano médio. Durante este período foi possível estar presente na escola uma vez na semana, onde além do acompanhamento das aulas foram observados momentos de intervalo, e horário de almoço dos estudantes em momentos de socialização entre si e com funcionários da escola.

No que diz respeito à escolha dos participantes para entrevista, foram eles quatro alunos, um professor e um coordenador pedagógico da instituição. Os alunos convidados a participar da pesquisa estão atualmente cursando o 3º ano médio integral. A escolha da turma reflete um entendimento de que estes alunos, por estarem em seu último ano do ensino médio, podem nos fornecer uma visão de como a discussão de temáticas de gênero foram trabalhadas na escola nos últimos anos. Bem como por estarem finalizando os estudos da Educação Básica, podem contribuir na compreensão de como a escola colaborou para a formação desses alunos, referente às questões de gênero.

Os estudantes estão caracterizados nesta monografia como: Estudante 1 (aluno do sexo masculino de 19 anos que já estuda na instituição há 2 anos), Estudante 2 (aluno do sexo masculino de 19 anos, que estuda há 3 anos na instituição), Estudante 3 (aluna do sexo feminino de 17 anos que estuda há 4 anos nesta escola); e o Estudante 4 (aluna do sexo feminino de 17 anos, e estuda há 7 anos na escola). Os participantes da pesquisa não serão identificados, por se tratar da análise de uma temática que permanece sendo tratado como tabu em nossa sociedade e a fim de garantir um espaço seguro para os informantes, optamos pela não divulgação.

Optamos por um número reduzido de participantes, devido ao pouco tempo disponível para pesquisa e das dificuldades encontradas para conseguir um tempo livre dos informantes, sendo possível um aumento deste número caso o período letivo da realização da monografia fosse maior. Tendo em vista que a escola possui todos os horários de aula completos, e no pouco tempo de intervalo os estudantes precisam realizar suas refeições entre outras necessidades, como até de se reunirem para tratar de atividades e demais assuntos escolares, acabou por dificultar o acesso aos mesmos. Dos cinco alunos convidados, quatro aceitaram participar da pesquisa.

O professor entrevistado, atualmente é funcionário efetivo na disciplina de Sociologia, tem 39 anos e está no magistério há 11 anos. A escolha pelo docente de Sociologia se deu pelo fato de que as temáticas de gênero são discutidas na maioria das vezes pela área de Ciências Humanas, mais precisamente nas aulas de Sociologia de forma aprofundada, ou é esperado que seja. Diante disso, os professores de humanas são os principais alvos das ofensivas contra os estudos de gênero, por isso entendemos que possam contribuir em nossa pesquisa com a compreensão das problemáticas enfrentadas no magistério.

Na tentativa de atingir os diversos “lados” da escola, buscamos entrevistar o coordenador pedagógico da instituição. Foi possível acompanhar brevemente a atuação do profissional no dia a dia escolar durante os momentos de observação, onde demonstrava estar inteiramente ligado ao cotidiano, tanto dos alunos como de professores e pais de alunos. O que possibilitaria uma análise de como o debate sobre questões de gênero é compreendida pela escola de maneira geral, bem como pela gestão escolar. Portanto, foi realizado o convite ao profissional para participar da pesquisa, onde foi explicado os objetivos da mesma e as perguntas que lhes seriam feitas, o mesmo concordou em participar, com isso foi agendado uma data e horário para entrevista que até o momento da finalização do estudo não foi realizada.

Ao comparecer na escola para realização da entrevista com o coordenador pedagógico o mesmo encontrava-se atarefado com as demandas escolares, algo completamente compreensível. Pela dinâmica escolar é possível perceber que são várias as ocupações, e delegações pertinentes a função do profissional. Contudo, se seguiram várias outras tentativas sem sucesso, até que o mesmo se disponibilizou a realizar a entrevista de forma *online* durante o fim de semana. Posteriormente, optou por responder as perguntas por áudio e solicitou que fosse enviado as perguntas para seu *WhatsApp*. Seguiram-se vários dias e até meses sem resposta do profissional. Desta forma a pesquisa foi finalizada sem a obtenção das respostas do coordenador pedagógico da instituição na qual realizamos a pesquisa.

Alguns questionamentos pertinentes à não participação do coordenador pedagógico referente às questões levantadas pela pesquisa seguem em aberto. No primeiro momento, aparenta ser apenas um conflito de agendas e falta de tempo por parte do profissional. Mais adiante com a solicitação das perguntas seguidas de adiamentos frequentes, foi levantada a possibilidade do mesmo não desejar respondê-las. Porém, não é possível afirmar que de fato o profissional se evadiu da pesquisa devido à falta de respostas claras, afinal, estamos tratando de um tema considerado tabu nas escolas. A discussão de gênero e sexualidade é pouco pautada na escola alvo da pesquisa, onde a mesma mantém um discurso velado que foi possível de ser identificado a partir das observações.

Nos primeiros contatos com a escola foi possível identificar as diversas formas de socialização que ali estavam presentes, na medida em que foi possível visualizar os grupos de alunos, a forma como os mesmos se dividem pela sala de aula e nas horas de intervalos, os padrões de comportamento ao se dirigirem aos funcionários, entre outros. A escola alvo da

pesquisa possui uma estrutura incompatível com o ensino integral, ou seja, a estrutura física contém salas relativamente espaçosas porém corredores pequenos, o pátio destinado às refeições não tem espaço nem mesas e cadeiras suficientes a todos os alunos, a acústica do ambiente permite que os barulhos de fora de sala não sejam abafados mesmo com portas fechadas. Apesar disto, abriga seus alunos das 07:30h às 17:00h, sem locais adequados para descanso, com poucos espaços abertos, resultando em alunos amontoados no chão pelos corredores, submetidos ao *estresse* constante e ao cansaço extenuante.

O tempo da permanência dos indivíduos que passam pela escola se acentua em um ensino de tempo integral, gerando assim marcas significativas que lhes foram atribuídas através de um processo de criação daquilo que Louro (2000) chama de “corpo escolarizado”. Pois, um corpo que foi disciplinado pela escola passa a expressar comportamentos que foram determinados muitas vezes pelo dito assim como pelo não dito. Passando muitas vezes a tratar como “natural” comportamentos e circunstâncias que levam a processos discriminatórios e preconceituosos. Como, por exemplo, a crença na sexualidade como algo inerente ao ser humano, deixando de lado a compreensão dos processos culturais e as relações que são socialmente construídas.

Segundo Louro (2000) a escola ao delimitar espaços realiza divisões e hierarquização, através de mecanismos de classificação, portanto, não apenas lida com desigualdades e diferenças, mas também as produz. A sala de aula, corredores da escola e os mais diversos espaços do ambiente escolar são repletos de socialização, trocas de conhecimento e reprodução das mais diversas formas, e são nesses espaços onde as desigualdades e diferenças são reveladas. Para compreender os diversos aspectos da escola não é suficiente apenas analisar as notas dos alunos nas avaliações tradicionais de ensino, ou seu comportamento durante a aula.

Nos momentos de intervalo os alunos se concentram amontoados pelos corredores, pois, as salas de aula são fechadas durante o período destinado às refeições e descanso. Neste momento os alunos escolhem músicas para tocar, se direcionam as filas do refeitório que separam meninas, meninos e funcionários da escola, e por não haver espaço suficiente para todos nas poucas mesas e cadeiras é comum vermos alunos realizando suas refeições no chão ou encostados na parede. O momento de pausa entre os dois turnos de aula vai das 12:00h às 13:20h, este momento é aproveitado pelos alunos para não só descansar, mas conversar com colegas, ouvir música, namorar, utilizar os celulares, socializarem de maneira geral.

Muito antenados com as mídias sociais, costumeiramente nesses momentos os alunos comentam assuntos que repercutem nas redes sociais dando suas opiniões e debatendo entre si. Apesar de presumir encontrar momentos de discussões de diversos temas nos horários de intervalo, a realidade mostrou que no curto período em que os alunos possuem para descanso, a administração do tempo se divide entre enfrentar as filas do refeitório, se alimentarem, e se prepararem para o outro turno de aula. Foi identificado um visível cansaço dos alunos, que nem sequer possuem locais adequados para amenizá-lo. Em contrapartida, nos momentos das aulas, principalmente das áreas de Ciências Humanas, os alunos se mostram extremamente instigados a debaterem sobre vários assuntos e questões sociais. O pouco tempo de aula de uma disciplina como Sociologia, que é de apenas 50 minutos, não consegue abarcar as diversas discussões importantes que são iniciadas em sala de aula, sendo assim no final é possível visualizar o desejo dos estudantes por mais.

Algumas observações foram realizadas durante as aulas de uma disciplina eletiva (proposta pelo Novo Ensino Médio), que faz parte do currículo diversificado, trata-se de uma disciplina semestral onde os alunos participam de um “feirão”, ou seja, em um momento de oferta semelhante a uma espécie de feira os estudantes escolhem qual disciplina deseja cursar no semestre e se matriculam naquela em que têm maior identificação e interesse. Uma característica importante a ser destacada desta disciplina é a presença de alunos de turmas distintas, nela haviam alunos da turma do 9º ano do ensino Fundamental II, com idades entre 14 e 15 anos, alunos do 1º, 2º e 3º ano médio com idades entre 15 e 19 anos, tornando um ambiente de socialização diferente do habitual, onde alunos que são da mesma turma e passam a maior parte do tempo juntos, podem socializar com alunos de outras turmas as quais não tem muito contato.

As discussões sobre gênero e sexualidade estão presentes na escola não somente na sala de aula quando a temática de gênero é estudada, mas sim nesses diversos espaços que contempla a escola. Contudo, é durante as aulas sobre gênero que através do diálogo com os alunos é possível perceber o entendimento que estes possuem sobre o tema. Presenciamos uma aula na disciplina eletiva cujo tema era gênero na indústria musical e mais precisamente no forró nordestino, a aula foi ministrada por um estagiário. Inicialmente ao abordar a temática foi realizado uma contextualização do tema de gênero segundo a filósofa Judith Butler, o professor estagiário a apresentou como uma filósofa importante que era mãe e

lésbica, a afirmação causou espanto em alguns alunos, que se questionaram “uma mulher lésbica mãe?” seguido de vários risos e piadas com teor machista e homofóbico.

O primeiro momento que a temática de gênero foi abordada durante o período das observações da pesquisa foi na referida aula, onde foi possível identificar diversos aspectos da compreensão de gênero tida por parte dos estudantes que nela estavam presentes. Após o momento de dúvidas dos alunos houve a necessidade de trazer uma discussão sobre gênero e sexualidade. O estagiário questionou os alunos sobre o que eles entendiam sobre gênero, e perguntou se gênero é algo natural e inerente ao ser humano. Diversas foram as respostas de afirmações em concepção binária do termo em masculino e feminino, e ao questionar o porquê das respostas os alunos não souberam responder.

As respostas de alguns estudantes ao serem questionados do “por que uma mulher lésbica não pode ser mãe”, é reduzida a “porque sim”, não existindo um entendimento do que está sendo falado, lhes falta um conhecimento adequado e reflexões sobre as relações de gênero. A primeira fala a ser destacada neste momento dizia “quer ser mãe então como é lésbica?”, sendo seguida por diversas risadas dos demais alunos, a intenção e o que está por trás desta fala, que explicita o preconceito e negação da composição familiar diferente do modelo heteronormativo. Apesar de não saberem responder porque realizam tais afirmações, está claro o pouco conhecimento das diversas formas de composição da família, como também dos direitos que casais homoafetivos possuem em relação à construção de suas famílias.

Diante de uma turma composta por alunos na faixa etária de 15 a 19 anos, é possível visualizar alunos com questionamentos e convicções sobre ideias limitadas da concepção de gênero, onde a maioria não compreendia a complexidade e sua construção. O pensamento dessa relação binária de gênero assim como assevera Judith Butler (2003) traz a ideia de uma heterossexualidade compulsória e natural, onde relaciona diretamente o gênero ao desejo sexual e o limita a essa relação, essa visão naturalizada toma o gênero como binário apenas masculino e feminino e acaba por ser reproduzida nos espaços sociais.

As alunas de uma maneira geral demonstraram maior interesse quando são abordados assuntos como desigualdade de gênero, o movimento feminista, entre outros. É perceptível o desejo das estudantes em debater questões de gênero apesar de o tempo de aula ser muito curto, e mesmo estando em um ambiente onde a presença masculina é predominante. Uma

das alunas entrevistadas eternizou seu choque com a predominância de professores homens no ensino médio onde a mesma relata que:

A gente sai de um ambiente escolar pedagógico, né? Do ensino fundamental 1, que é rodeado de mulheres, que estão desempenhando trabalho com crianças, né? E quando a gente chega no ensino médio, é aquele baque. Muito professor homem, ensinando nas áreas de exatas, né? E poucas mulheres, entendeu? Poucas mulheres que têm destaques, que são tidas como professoras inteligentes, né? E isso é uma coisa que, quando eu parei para refletir sobre a predominância das mulheres, né? Em cursos de pedagogia, cursos que envolvem trabalhos com crianças, foi que gerou uma chavinha na minha cabeça, né? Que eu pensei, pô, tá tudo interligado, entendeu? A questão do machismo, como se reflete lá fora, vai refletir dentro da escola também. E a questão de gênero, ela vai se refletir também, tanto fora como dentro (Estudante 3, 2023).

A reflexão fornecida pela aluna demonstra como o machismo estrutural permeia os espaços sociais incluindo a escola, esta percepção não é costumeira dentre os demais estudantes. É preciso compreendermos que a escola está atravessada por relações de gênero, e apesar da Educação Básica em especial o Ensino Infantil e Fundamental I possuírem mais professoras mulheres, é preciso salientar que a escola tem um conhecimento que em sua maioria foi produzido por homens. Então, por mais que as mulheres ocupem determinados lugares no ensino, ainda assim, estão em um universo marcado pela masculinidade (Louro, 1997). Existe em uma sociedade que possui o machismo estrutural enraizado a ideia naturalizada de que disciplinas, consideradas mais complexas como matemática, física, entre outras devem ser lecionadas por homens por possuírem maior capacidade, deixando de lado toda reflexão referente a desigualdade histórica de gênero.

A desigualdade de gênero é pouco refletida na escola em que pesquisamos de maneira mais ampla, a exemplo disso, um momento onde ao fornecer dados da presença de mulheres na indústria musical durante outra aula da disciplina eletiva, alguns alunos justificaram a pouca presença de mulheres na indústria musical como sendo uma decisão unicamente das mulheres de não quererem ocupar esse espaço assim como os homens o querem. Conseqüentemente, a não problematização deste pensamento fornecido por uma parte significativa de alunos reproduz uma cultura que ignora as desigualdades de gênero, e naturaliza a falta de ocupação dos espaços sociais por mulheres e também por pessoas LGBTQIAPN+. O momento de desconstrução das narrativas que normalizam situações de desigualdades necessitam, e devem ser feitos no espaço escolar.

Além da falta de percepção por parte significativa dos estudantes das desigualdades de gênero ou que elas não afetam diretamente no cotidiano das pessoas, em outros momentos percebemos a reprodução de uma cultura machista. A conduta dos mesmos estudantes, em

sua maioria jovens do sexo masculino heterossexuais, pode ser observada durante a pesquisa. Pois, no decorrer das aulas de Sociologia em diversos momentos em que o professor provocou debates com temas como sistemas de governo, movimentos sociais entre outros, onde os alunos podem fornecer suas contribuições, presenciamos interrupções nas falas de alunas de forma frequente, onde as mesmas foram interrompidas e alvo de risadas de colegas meninos durante suas falas, onde podemos citar três momentos distintos.

O primeiro episódio ocorreu quando uma aluna realizava suas contribuições e um aluno a interrompe falando “cala a boca doida” apesar das contribuições da aluna estarem pertinentes ao conteúdo da aula que tratava sobre exploração de mão de obra nordestina. No momento a aluna prosseguiu em sua fala e o professor não interferiu na ofensa que acabou de presenciar. A análise do caso, demonstrou que a mulher é objetificada e encarada com um ser portador de instabilidade emocional incapaz de formular pensamentos lógicos e críticos, e é caracterizada como “doida” e deve ser silenciada. Uma frase que aparentemente era corriqueira, mesmo que durante as aulas o professor solicite para que os alunos peçam a concessão da fala levantando a mão, ocorre momentos em que os alunos apenas falam mesmo sem solicitar ao professor. A fala citada acima evidencia as raízes do machismo estrutural que permeiam toda a sociedade brasileira.

O segundo momento ocorreu quando outra aluna dava sua opinião sobre estereótipos e ao passo em que a mesma realizava suas contribuições um grupo de alunos ria da aluna sem um motivo aparente. Neste momento, o professor pede silêncio dos alunos que permanecem rindo, em uma atitude de menosprezar a fala da colega. Um terceiro momento observado, o mesmo aluno do primeiro episódio interrompe a mesma colega, e exalta seu tom de voz para discordar da mesma. Porém, o que nos chama atenção é a tentativa do aluno em deixar claro a sua dominância, na medida em que tenta impor sua opinião, manifestando-a para os demais alunos que a opinião da colega não tem relevância. Em contrapartida, o mesmo não ocorria quando a fala era proferida por colegas homens.

Outro ponto que nos foi destacado por uma das alunas entrevistadas, são os comentários maldosos sofridos pelas meninas em relação ao corpo, feito por colegas do sexo masculino. O que levou a Estudante 3 a deixar, por exemplo, de vestir determinada peça de roupa por receber comentários do tipo “magra demais”, “desbundada” e evitar passar por constrangimentos. A aluna relembra um caso de anos atrás onde uma colega foi chamada até a direção da escola por uma gestão anterior a atual, e passou pelo constrangimento de ser

questionada se estava ou não vestindo calcinha, pois, a peça íntima que a estudante utilizava não marcava a roupa. Este fato, relatado pela aluna, transparece a adoção de valores morais pela gestão escolar, amparados em conceitos de controle e repressão do corpo feminino, que por ser objetificado e submetido ao sexo masculino quanto inferior permite que ele seja alvo de intervenção.

Durante o questionamento sobre a discussão de gênero na escola, a Estudante 3 também traz a informação de que em sua opinião na instituição existe um ambiente de muita rivalidade feminina, que muitas vezes é fomentada até por professores. Onde a mesma relata, presenciou durante uma aula o professor comparar duas de suas colegas, por uma ser mais comunicativa do que a outra, alegando que se a aluna que é mais extrovertida tivesse a mesma inteligência da aluna mais reservada poderia ter mais sucesso, dentre outras situações onde diz que:

Já teve outro caso também com uma amiga minha, Né? Porque falaram que ela ria alto demais, entendeu? Que um homem, quando visse aquilo, não iria gostar, o professor comentou na sala de aula, e outras coisas, tipo, ah, está agindo que nem macho, ou então, quando uma menina, ela conversa muito com algum menino, né? Aí já fala, ah, está querendo aparecer, está querendo se mostrar enfim, aquela mesma coisa cultural, né? Arraigada às mulheres de tipo você tem que chamar atenção, mas não tem que chamar tanta atenção a ponto de roubar a atenção de um homem (Estudante 3, 2023).

As falas da maioria dos alunos referentes às discussões de gênero e até de demais assuntos são “discursos prontos”, como são divulgados nas redes sociais de forma muito distorcida. Alguns estudantes questionaram o motivo de estar realizando as observações em sala de aula e ao relatar a realização de uma pesquisa sobre a discussão de gênero na escola, ocorreram dois questionamentos que nos chamaram atenção. O primeiro feito por um aluno diz “gênero? aqui não tem gay”, o segundo feito por uma aluna “como assim, para quê?”. Ambos os comentários nos chamam atenção por demonstrar uma visão limitada do conceito de gênero carregada de preconceitos, uma pela redução da discussão a negativa da existência de pessoas homossexuais na escola. E o segundo, ao questionar a função da pesquisa demonstra a percepção que a discussão de gênero não seja tão relevante, ou não tenha funcionalidade social. A construção cultural de gênero que é pouco problematizada também sofre com distorções que chegam até estes alunos por diversos meios, e a negação da discussão do tema na escola é uma das informações que são divulgadas através de movimentos conservadores.

Durante todo o período de observações algo que nos chamou atenção foi o silenciamento de funcionários da escola como professor, porteiro, fiscal de corredor, coordenador e gestor escolar, perante algumas situações presenciadas durante a pesquisa que envolvem preconceitos e desigualdades. E por silenciamento nos referimos a atitudes que de certa forma naturalizam situações que envolvem piadas homofóbicas e brincadeiras machistas. Na escola a discussão de gênero aparente é pouco expressiva e as situações que possam ser vistas como divergente do que encontramos na teoria de uma escola múltipla e plural passam a ser esquecidas, com isso é necessário buscar cada vez mais estar atento ao cotidiano escolar e entender os sons e os silêncios, assim como destaca Louro (1997)

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicados na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentos aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados, portanto, não são concebidos do mesmo modo por todas as pessoas. (LOURO, 1997, p. 59)

Foi possível perceber uma certa preocupação da instituição em produzir o que Louro (2000) chama de “corpo escolarizado”. A forma que os alunos devem se comportar, sentar, falar, se vestir ou se portar de maneira geral, de forma sutil é perceptível as desigualdades que a própria produção de um corpo escolarizado fomenta, a diferença entre meninos e meninas. É possível perceber a construção de indivíduos que sigam determinadas regras de como se vestir, como se expressarem, e até o próprio silêncio da escola treina esses indivíduos a naturalizar situações que deveriam ser problematizadas de forma crítica. Dessa forma, mantém-se um ciclo em que a ordem social preestabelecida das relações de classe e gênero se perpetuem.

A escola é uma instituição que constrói conhecimento, onde os jovens constituem seus próprios sentidos sobre o espaço escolar e assim as suas percepções são distintas, pode ser tanto um local de acolhimento quanto de exclusão, sendo a percepção da exclusão acentuada pelos silêncios e ocultamentos, os não ditos ou o não reconhecimento das diferenças. Os jovens homossexuais são um dos grandes afetados por esses não ditos presentes na escola, segundo Louro (1997), a escola ao negar a existência dos homossexuais no espaço legítimo da sala de aula, pode fazer com que jovens gays e lésbicas sejam tratados como os indesejados, através do fomento de situações de humilhação e degradação por outros estudantes. Este fato que pode ser observado durante a pesquisa e enfatizado pelos alunos

entrevistados, onde tanto os ditos externados por colegas que praticam a homofobia mesmo que disfarçada de piadas e brincadeiras, quanto pelos não ditos de adultos que se silenciam e não problematizam situações que ocorrem no cotidiano escolar e de certa forma vem sendo visivelmente “naturalizados”.

Os estereótipos de gênero do que seria o “correto” feminino e o “correto” masculino desencadeiam diversas situações constrangedoras. Onde alunas que são tidas como menos delicadas são alvo de piadas, na mesma medida meninos que são tidos como “delicados” também passam por ofensas de colegas, e no caso desta escola pudemos ver que até professores realizam comentários do tipo “está agindo como um macho”. Apesar disso, mesmo diante de tais situações não foram vistos durante toda a pesquisa nenhum tipo de intervenção pedagógica que lidasse com determinadas situações de discriminação observadas no espaço escolar.

Além das situações destacadas, a utilização de palavras depreciativas por parte dos estudantes ao se dirigirem a colegas como “sai dai seu viado”, “cala a boca viado”, “tá feito mulherzinha” são alguns exemplos que foram presenciados durante as observações, a maioria deles na presença de funcionários da instituição, que aparentam não ouvir ou sequer questionaram a atitude dos estudantes; enquanto o alvo das ofensas se silencia diante dos fatos com um claro semblante de que atitudes como essas são corriqueiras em seu dia a dia.

Notadamente o conhecimento que os alunos de maneira geral demonstram possuir sobre questões de gênero, como desigualdades, preconceitos, lutas dos movimentos por reconhecimento, direitos sexuais e reprodutivos é limitado. Em razão disto, foi realizado o questionamento aos alunos entrevistados sobre qual conhecimento os mesmos possuíam sobre o assunto, e se já haviam estudado sobre questões de gênero na escola ou até fora dela. Os alunos responderam que seu conhecimento sobre gênero e suas discussões estavam relacionados à questão das mulheres dos LGBTQIAPN+. Os Estudantes 1 e 2 informaram que não estudaram sobre o tema na escola ou fora dela, possuindo pouco conhecimento. Já as Estudantes 3 e 4 relataram que estudaram sobre a temática nas aulas de Português para redação e nas aulas de Sociologia e Filosofia, mas que não conhecem muito, e também relataram não ter espaço para discussão de gênero nas demais disciplinas.

Diante disso, foi questionado aos alunos se na opinião deles a escola dispõe de um ambiente democrático e plural que lhes permita discutir sobre questões de gênero. Pois, diante do que foi presenciado no decorrer da pesquisa a escola de fato possui um discurso

velado, em relação a temas considerados tabus incluindo gênero e sexualidade, sempre afirmando respeitar a diversidade, mas silenciando diante das diversas problemáticas vistas na escola. Desta forma, buscamos compreender como os alunos enxergam esses aspectos da instituição.

Os estudantes relatam que apesar de demonstrarem interesse em debater questões de gênero, e até o fazerem nos corredores e entre os intervalos de aula, são poucos os momentos em que a temática é abordada. Geralmente as discussões de gênero são restritas às aulas de Sociologia que possuem pouca duração. A escola, segundo os estudantes não fomenta esta discussão apesar de não as proibir, contudo, não abre espaço para que a discussão ocorra. O Estudante 1 relata que presenciou piadas ofensivas de alguns de seus colegas que em sua opinião deveriam ser abordadas de forma mais séria pelos professores, pois o mesmo repara que colegas sentem-se ofendidos pelo preconceito disfarçado de piada. Já a Estudante 4 destaca diante deste questionamento, que por mais que a escola funcione em tempo integral parece nunca sobrar tempo e espaço para discussão de gênero.

Apesar dos Estudante 1 não descrever especificamente qual a piada homofóbica que o mesmo presenciou, na qual os professores não abordam a situação de maneira mais séria podemos relacionar este a outros eventos relatados nesta pesquisa como o uso de termos depreciativos, ficando evidente que as situações de silenciamento, por parte de professores que são tidos como a autoridade máxima em sala de aula, são percebidas pelos demais estudantes, que acabam por se sentirem desconfortáveis diante da “naturalização” de práticas preconceituosas; na maioria das vezes disfarçadas de brincadeiras.

Como vimos no capítulo anterior com o avanço do conservadorismo em nosso país, os pais foram chamados por lideranças conservadores, seja política ou religiosa, para proteger seus filhos contra a “ideologia de gênero”. A família passou a interferir no cotidiano das escolas, especialmente nos debates dos estudos de gênero. Diante disso, questionamos aos alunos se suas famílias demonstram serem contra os estudos de gênero na escola ou a favor deles. O Estudante 1 revela ser filho de pais evangélicos, mas que diferente da maioria dos integrantes dos grupos evangélicos eles não são conservadores, “Meus pais, eles agem de uma forma totalmente diferente do que eles deveriam seguir, eles são bem mente aberta. Então eles são a favor dos estudos.”, alega o participante.

A Estudante 3 nos informa que sua família é cristã e muito conservadora, principalmente sua mãe que demonstrou receio por sua filha desejar participar de uma

pesquisa sobre a discussão de gênero na escola, sendo autorizada a participar pelo seu pai que é marxista em seu pensamento econômico, porém não debate questões culturais e de diversidade em casa. Sua mãe por vir de uma família de cristãos protestantes não debate sobre questões de gênero, e este é um tema tabu em sua casa. Diferente dos pais, a aluna e sua irmã dialogam sobre temas que envolvam questões de gênero, a exemplo de igualdade de gênero e a rivalidade feminina fomentada pelo machismo estrutural que presencia em seu cotidiano na escola. Os demais alunos alegaram que seus pais não são contra nem a favor, pois não demonstram claramente preocupações referente aos estudos de gênero, porém, os caracterizam como pais conservadores.

Outro questionamento feito aos estudantes entrevistados foi referente a discussão de gênero realizada pelos alunos, seja na sala de aula, ou nos demais ambientes da escola. Todos os estudantes afirmaram que discutem sobre questões de gênero, mas de forma muito reduzida e voltam a ressaltar que a discussão na maioria das vezes é feita nas aulas de Sociologia. De fato, a área das Ciências Humanas abarca as discussões de gênero e sexualidade e é responsável por buscar desenvolver um olhar crítico dos estudantes referentes às desigualdades e preconceitos existentes em nossa sociedade.

Com isso, diante de todos os fatos que relacionam o professor de Sociologia à discussão das temáticas de gênero, o mesmo passa a ser acusado de doutrinar os estudantes pelos movimentos conservadores. O professor por estar ligado à discussão destas temáticas são os principais alvos diante das tentativas de censura contra o ensino. Apesar disso, muitos permanecem lutando pelo direito de ensinarem, mas vivenciam no seu dia a dia as dificuldades impostas ao ensino de temas sensíveis algo que se intensificou nos últimos anos com o aumento do conservadorismo, por isso questionamos diretamente ao professor se o mesmo presencia ofensivas contra os estudos de gênero.

O professor entrevistado menciona que já presenciou situações nas quais outros colegas de uma escola diferente da que leciona atualmente, teve os conteúdos de sua aula que envolviam questões de gênero questionados por pais de aluno. Apesar de não recordar exatamente qual o conteúdo estava sendo lecionado pelo seu colega, o docente lembra que o pai se dirigiu até a direção da escola para questionar o porquê determinado conteúdo estava sendo trabalhado em sala de aula. Situações como esta tornam cada vez mais temeroso a problematização de temáticas que podem tornar o professor alvo de ofensivas.

O que acontece na atualidade é uma autocensura pedagógica onde os professores optam por não trabalhar determinados conteúdos, mesmo que estes estejam previstos no currículo para evitar serem acusados de estarem doutrinando os alunos. Gerando uma série de temas que passam a ser considerados sensíveis por terem potencial de instigar ataques contra os professores (Passos, 2021). O docente entrevistado apesar de ter relatado possuir liberdade para ensinar conteúdos de gênero, o mesmo alega que nos últimos anos e principalmente na escola em que está lecionando atualmente, vem buscando evitar desenvolver trabalhos sobre a temática, ele nos diz que:

Deixando claro, eu não tenho nenhuma barreira, digamos assim, que me impeça de trabalhar esses conteúdos, tanto é que eu trabalho no segundo ano, especificamente quando vou discutir desigualdades sociais, e aí eu tenho um seminário que eu trabalho durante esse bimestre relacionado às desigualdades sociais, e uma das temáticas é desigualdade de gênero. No terceiro ano também há um trabalho que eu faço com conteúdos, principalmente visando também o ENEM, mostrando, além do conteúdo, a importância desse conteúdo para o ENEM, e questões que já caíram sobre gênero, enfim. Mas hoje eu estou reticente para desenvolver, por exemplo, um projeto, fazer um debate maior, por exemplo, em outra instituição eu desenvolvi um projeto chamado Sociologia.doc, onde a gente trabalhava temas específicos de acordo com o desejo dos estudantes, então gênero foi um tema que eles sempre solicitavam, e a proposta era a gente estudar um pouco o tema, e na outra semana trazer um convidado, alguém especialista naquela temática, para ser sabatinado pelos estudantes. Então foi uma experiência muito exitosa. Aí vamos lá para a sua questão em si. Hoje eu não conseguiria desenvolver esse projeto aqui, não porque a gestão não permitiria o apoio do tipo, mas eu confesso que me sinto meio que coagido a não fazer isso. Por quê? Porque o discurso da gestão, o discurso dos meus colegas professores, é um discurso velado e que me incomoda bastante. E aí eu, de acordo com coisas que eu já passei em outros momentos, em escolas, isso me deixa um pouco coagido, confesso (Professor, 2023).

O professor destaca a polarização das questões políticas nos últimos anos, que culminou em ofensivas contra a diversidade e os estudos de gênero de maneira geral. Podemos compreender que os discursos a favor da neutralidade nas escolas e a suposta doutrinação que estava sendo exercida por professores, em especial os professores de esquerda, foram internalizados por alguns professores conservadores, tornando o ambiente escolar um local que reflete esta radicalização política evidenciada nos últimos anos no Brasil. A partir da internalização desses discursos algumas pessoas que compõem a instituição passam a demonstrar sua contrariedade referente às discussões de temas tabus como gênero e sexualidade. Ao enfatizarem serem contra, além de contribuir com a manutenção de preconceitos e desigualdades acabam por inibir colegas de profissão que desejam trabalhar conteúdos de gênero, mas não o fazem por receio de sofrerem represálias.

[...] Eu já escutei falas dos colegas professores também, fazendo isso, e isso além de me incomodar, gerou esse certo medo, ou pelo menos um certo cuidado, que me faz não querer adentrar nessa temática de uma forma mais efetiva, como por exemplo

através de um projeto, de um seminário dentro da escola de uma palestra (Professor, 2023).

Nos últimos anos, diante de todas as ofensivas contra os estudos de gênero, também nos deparamos com uma maior visibilidade sobre a diversidade. Contudo, os discursos a respeito da diversidade, promovidos em documentos institucionais onde alegam que somos múltiplos e diversos, não abrange as diferenças, ou seja, falta na prática a problematização das desigualdades, se tratando de direitos de reconhecimento e dos mais diversos fatores por movimentos feministas e LGBTQIAPN+. Mantém-se na teoria uma promoção de políticas e de ações que visem diminuir estas desigualdades e promover o respeito e o reconhecimento das diferenças. Na prática observada do cotidiano escolar apesar de encontramos um ambiente repleto de diversidade as diferenças são proteladas e as desigualdades naturalizadas, dificultando a discussão no espaço escolar daquilo que está sendo valorizado teoricamente, assim como enfatiza o docente entrevistado:

Nos últimos anos eu estou falando até do governo local, mas é claro, influenciado também por políticas nacionais. Começou a meio que de alguma forma reconhecer a importância de alguns debates sobre a questão de gênero, principalmente ligada à relação com a violência contra a mulher, enfim, outros temas. Na teoria parece que eles dão esse aval, que está tudo bem, que é super tranquilo. Você pode até chegar a ver no currículo isso, mas na prática existe essa dificuldade, principalmente pelo espaço mesmo. Esse espaço político, colegas e gestão que não veem com bons olhos. Então é uma tarefa difícil nesse sentido (Professor, 2023).

Apesar da carga horária no Novo Ensino Médio ter um aumento significativo, não abriu espaço, mesmo na parte diversificada do currículo, para uma ampliação nas discussões sobre gênero e sexualidade. Assim como nos relatou a Estudante 4 que com o aumento dessa carga horária falta tempo para discussão de gênero. Apesar do objetivo deste aumento visar uma melhoria na qualidade no ensino e melhor desenvolvimentos das Competências, o que pode ser visto na escola é a criação de disciplinas conteudistas, na parte diversificada do currículo que não possui um rigor crítico; a exemplo das disciplinas de Projeto de Vida e Empreendedorismo. A discussão de gênero não alcança espaço, refletindo na prática algo divergente da teoria, a pauta da diversidade vem sendo vinculada aos documentos dos currículos escolares, mas no dia a dia existe uma escassez da problematização do tema.

Tal como vimos anteriormente, o Movimento Escola sem Partido foi um dos principais responsáveis por disseminar a ideia de que as escolas atuam como instrumento de doutrinação através da “ideologia de gênero” praticada por “esquedistas”.

Como podemos perceber a partir do relato do professor onde o mesmo alega que possui a mesma dificuldade para discussão de gênero, quando vai tratar dos clássicos da

sociologia, como por exemplo Karl Marx. Sendo o docente questionado em sala de aula sobre a pertinência das discussões sobre gênero ou marxismo incorrendo em uma proibição velada, apesar de ser um clássico da sociologia importante ao entendimento de relações econômicas de classe e da sociedade capitalista, é visto como uma afronta contra o neoliberalismo que está totalmente presente em movimentos conservadores como o ESP.

Questionado se os estudos de gênero podem contribuir com a diminuição da desigualdade de gênero e de preconceitos, o professor enfatiza que os estudos de gênero possuem uma grande importância. O mesmo afirma que durante seus 11 anos no magistério pode perceber que a realidade trazida pelos seus alunos muitas vezes são de um ambiente familiar machista, onde muitas mulheres sofrem violência doméstica. Ele destaca a importância e o papel que a escola tem de levantar a discussão de questões que podem contribuir para o conhecimento dos estudantes, e para que estes possam ter concepções além das que os cercam em seu cotidiano.

Quando levantamos o mesmo questionamento aos estudantes temos uma unanimidade no entendimento que os estudos de gênero são importantes para a diminuição dos preconceitos e das desigualdades. Sendo enfatizado pelos participantes que o papel da escola é de fornecer o conhecimento sobre questões sociais e seus problemas. Apesar de não ocorrerem tantas discussões sobre as relações de gênero, as desigualdades e as diversas complexidades que abarcam tais questões, pode-se perceber um entendimento de alguns estudantes referente ao papel da escola na problematização das questões sociais que são refletidas em seu próprio espaço.

Apesar da escola possuir um discurso de autonomia e libertação, tomando como ponto de partida as práticas pedagógicas de Paulo Freire (1967; 2005; 2013), a instituição mantém de certa forma uma educação bancária. Na medida em que o sistema de ensino perpetua uma educação que não permite a tomada de consciência da opressão, mascarando a realidade. A estrutura do sistema de ensino permanece à mercê dos interesses das classes dominantes, sendo utilizado como aparelho de dominação das classes trabalhadoras, como veículo de controle, opressão e desinformação; ao não se permitir romper as amarras que lhe são impostas. O que ocasiona na reprodução de conceitos, valores, e ideias políticas e sociais conservadoras de restrição e desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é repleta de vivências e socialização, que permitem a reprodução da cultura, de preconceitos, de desigualdades e estereótipos. É um espaço múltiplo com diferentes ideologias e trajetórias que dividem o mesmo espaço e permite a compreensão da vivência em sociedade. É reflexo da sociedade, portanto, não é neutra. A escola foi atingida pela onda de conservadorismo que vem crescendo nos últimos anos em toda a América Latina. Onde movimentos conservadores na tentativa de implementar censuras e um ensino liberal, além de fomentar pânico por uma suposta ameaça a moral e valores da família tradicional heteronormativa, ameaçam e dificultaram as discussões de gênero na escola.

Com o objetivo de compreender a problemática da discussão sobre as relações de gênero na escola, foi possível através das observações de campo e das entrevistas realizadas na presente pesquisa, analisar que, apesar das reformas vivenciadas pela educação nos últimos anos, e mesmo com o aumento de carga horária no currículo escolar dos estudantes, não houve espaço para promoção de discussões sobre a temática de gênero e sexualidade de forma mais ampla. São diversos os fatores que contribuem para dificuldade de trabalhar gênero na escola, seja por não existir na própria BNCC uma imposição clara sobre a importância dos estudos de gênero para sociedade, seja por movimentos políticos ideológicos que buscam cada vez mais interferir nas escolas; e para isso se utilizam do fundamentalismo religioso para imporem suas vontades naquilo que deve ou não ser ensinado na escola.

Portanto, foi possível identificar o papel desempenhado pelo conservadorismo e sua influência para impedir, dificultar e até mesmo impossibilitar a realização das discussões sobre as relações de gênero na escola. Na medida em que gerou um pânico exacerbado na crença pela ameaça a família, o conservadorismo se fez cada vez mais presente na escola através da família dos alunos e dos próprios funcionários da instituição, onde muitos internalizaram a ideia da existência de uma “ideologia de gênero” mantendo um discurso velado e silenciando-se diante os preconceitos e desigualdades vivenciadas no espaço escolar.

O resultado disto, é a pouca presença de debates sobre questões de gênero em sala de aula e até mesmo fora dela, e uma naturalização de situações do dia a dia escolar que podem ser machistas, homofóbicas e preconceituosas de maneira geral dos alunos e funcionários que permanecem sendo reproduzidos no espaço de socialização. O amedrontamento e desestimulação de professores, onde alguns apesar de compreenderem a importância dos

estudos de gênero sentem-se acuados por colegas e demais pessoas que compõem a instituição, preferindo assim evitar o debate dos temas tabus temendo represálias.

Uma cultura conservadora, que teme discutir gênero por se tratar de um tema tabu que esbarra diretamente no conservadorismo, ou seja, existe um medo da problematização de como se configura a ordem social estabelecida. A visão que encontramos através da pesquisa foi uma visão estereotipada de gênero, marcada por visões distorcidas e com preconceitos advindos da desinformação, causadas pela falta de discussão do tema nos espaços sociais, bem como a distorção de seu real conceito através de movimentos conservadores e das mídias sociais. Lamentavelmente presenciamos na escola um ambiente onde um número significativo de alunos em seu último ano de ensino médio, estão saindo do ensino básico com pouca compreensão da complexidade das relações de gênero, da diversidade e das diferenças, que por vezes passam a reproduzir a cultura conservadora assim como o sistema de ensino a conserva.

É importante destacar que a escola ao se tornar alvo de ofensivas do conservadorismo na tentativa de barrar discussões de temáticas consideradas como “tabu” em uma sociedade com um cultura predominantemente conservadora, demonstra o papel que a escola possui de permitir estas discussões e mesmo em meio às dificuldades e de muitas vezes não conseguir possibilitar uma discussão ampla da temática, continua através de disciplinas importantes como a Sociologia a tratar de uma temática extremamente importante do ponto de vista cultural na tentativa de alcançar uma sociedade mais justa, com respeito à diversidade. Dessa forma, a escola resiste às ofensivas antigênero e permanece sendo um campo extremamente necessário e importante para construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

APPLE, Michael W.. **Educando á direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade / Michael W. Apple**; tradução de Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica de José Eutáquio Romão. – São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca freiriana; v.5)

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução: Reynaldo Bairão e Pedro Benjamin Garcia. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1992.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Sujeito e História).

CAMPOS, Carlos Roberto Pires (org.). **Gênero e diversidade na escola: práticas pedagógicas e reflexões necessárias**. Vitória - ES: IFES, 2015. Disponível em: <<https://educimat.ifes.edu.br/images/stories/Publica%C3%A7%C3%B5es/Livros/G%C3%AAnero-e-Diversidade-na-Escola.pdf>>. Acesso: mar. 2023.

CARVALHO, Guilherme Paiva de; MENDES, Marcilia Gomes. **Gênero e políticas educacionais no Brasil**. In. Cadernos Espaço Feminino, v. 28, nº1, jan./jun. 2015, p. 7-23. Uberlândia - MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/28-372>>. Acesso: mar. 2023.

CARA, Daniel. **Parte I – A barbárie gerencial. Contra a barbárie, o direito á educação**. In. CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar / Alessandro Mariano... [et al. organização Fernando Cássio; prólogo de Fernando Haddad. - 1º ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

CONFIRA O TEXTO FINAL DO PROJETO QUE TRATA DO PROGRAMA ESCOLA LIVRE, APROVADO POR UNANIMIDADE PELO PARLAMENTO. **Assembleia Legislativa de Alagoas**, 2016. Disponível em: <<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/confira-o-texto-final-do-projeto-que-trata-do-programa-escola-livre-aprovado-por-unanimidade-pelo-parlamento>>. Acesso em: Ago, 2023.

CRUZ, Tânia Mara. **Sexualidade e orientação sexual: cultura e transformação social: livro didático** / Tânia Mara Cruz; design instrucional Isabel Zoldan da Veiga Rambo. Palhoça-SC: UnisulVirtual, 2014. Disponível em: <https://www.academia.-edu/24687964/Livro_virtual_Sexualidade_e_orienta%C3%A7%C3%A3o_sexual>. Acesso: abr. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO, 2023. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/>>. Acesso em: Jul, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2ª ed. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação e Mudança** [recurso digital] / Paulo Freire. 1º ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.ho-spedagemdesites.ws/observatorio/wpcontent/uploads/2020/04/4Paulo_Freire_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_mudan%C3%A7a.pdf>. Acesso: mar. 2023.

_____. **Educação como prática de Liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; LIMA, Iana Gomes de. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. In. Revista Educação e Pesquisa, vol.45, 2019, p. 1-15. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep-/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: mar. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso: Set.2023.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**/ Christian Laval; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo. 2019.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola** / Beatriz Accioly Lyns, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura (orgs.). - 1º ed. - São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes (org). **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º ed., Petrópolis - RJ, Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bi-bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03-/genero-sexualidad-e-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso: mar. 2023.

MARTINS, Francine Netto; TEIXEIRA, Alessandra. **O horror à igualdade: o discurso da “ideologia de gênero” no movimento Escola sem partido**. In. Revistas Periódicos, v. 2, nº2, mai. – out. 2019, p. 161-181. Salvador – BA: UFBA, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/29291>>. Acesso: abr. 2023.

MELO, Marilândes Mól Ribeiro; MONTAGNOLI, Renata Lewandowski; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues. **Para além do menina veste rosa e menino veste azul: discutindo as relações de gênero na escola para a construção da cidadania**. In. Revista Feminismos, v.8, nº3, set.-dez. 2020, p. 37-50. Salvador - BA: UFBA, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufb-a.br/index.php/feminismos/article/view/428-03>>. Acesso: abr. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. **O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira**. In. Cadernos Pagu, nº62, 2021[recurso eletrônico]. Campinas - SP: UNICAMP, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/-cpa/a/CsFcz5vm5bLSh-xPN3LHDY-kk/>>. Acesso: abr. 2023.

MOURA, Fernanda Pereira. **Escola Sem Partido: origens e ideologias**. Ciência Hoje, 2018. Disponível em:<<https://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>>. Acesso em: Ago, 2023.

OLIVEIRA, Iuska Kaliany Freire; SOUSA, Karlla Christine Araújo. **Política em tempos de ascensão da Extrema Direita**. In: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; FORTUNATO,

Maria Lucinete (org.) Mídias Sociais, Gênero e Política no cenário brasileiro. São Paulo, Mentis Abertas, 2021.

PASSOS, Pâmella. **O professor é o inimigo! : uma análise sobre a perseguição docente no Brasil.** 1ª ed., Rio de Janeiro, Mórula, 2021. Disponível em: <<https://morula.com.br/produto/professor-inimigo/>>. Acesso: abr. 2023.

PESSOA, Fernanda. **Orientadora é afastada de escola por defender democracia e direitos humanos.** Catarinas, 2023 Disponível em: <<https://catarinas.info/orientadora-e-afastada-de-escola-por-defender-democracia-e-dh/>>. Acesso em: jul, 2023.

PESSOA, Fernanda. **Grupo de pais e mães ameaça orientadora educacional em Florianópolis.** Catarinas, 2023 Disponível em: <<https://catarinas.info/grupo-de-pais-e-maes-ameaca-orientadora-educacional-em-florianopolis/>>. Acesso em: jul, 2023.

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: a mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro.** In. Revista Brasileira de Estudos de Homocultura, v.4, nº14, mai./ago. 2021, p. 331- 363. Cuiabá -MT: Universidade Federal do Mato Grosso/Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.uf-mt.br/ojs/index.php/rebeh/issue/view/693>>. Acesso: jul. 2023.

SOUZA, Sandra Duarte. **“Não a ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira.** In. Revista Estudos da Religião, v. 28, nº2, jul./ dez. 2014, p. 188- 204. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014. Disponível: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/inde-x.php/ER/article/view/5454>>. Acesso: ago. 2023.

STF DECLARA INCONSTITUCIONAL LEI ALAGOANA DO PROGRAMA “ESCOLA LIVRE”. **ADUFAL**, 2020. Disponível em: <<http://adufal.org.br/Conteudo/30669>>. Acesso em: Ago, 2023.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios.** In. Revista Educação e Pesquisa, v.41, nº3, jul./set. 2015, p. 791-806. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em :<<https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDY-Py9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/abstract/?lang=pt>>. Acesso: ago. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA ALUNOS

1. Qual sua idade?
2. Há quanto tempo estuda nesta escola?
3. Você já estudou ou debateu questões de gênero, seja na escola ou fora dela? se sim, qual seu conhecimento sobre o assunto?
4. Em sua opinião, a escola na qual estuda dispõe de um ambiente considerado democrático e plural que permita o debate sobre questões de gênero?
5. Sua família em algum momento se mostrou contra os estudos de gênero na escola ou a favor deles?
6. Na escola, você presenciou ou participou de discussões sobre questões de gênero, seja em sala de aula, nos corredores ou em eventos educativos?
7. Em sua opinião, os estudos de gênero podem contribuir com a diminuição da desigualdade de gênero e de preconceitos?

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSOR

1. Qual a sua idade?
2. A quanto tempo está no magistério?
3. Durante a sua atuação profissional no magistério, você lecionou e debateu as questões de gênero em sala de aula?
4. Em algum momento a abordagem sobre temáticas envolvendo questões de gênero foram difíceis, se sim, quais principais motivos poderia nos apontar?
5. Você já sofreu ou presenciou ofensas contra os estudos de gênero, seja por parte da escola, de pais de alunos ou dos próprios alunos?
6. Atualmente você possui liberdade de trabalhar em sala de aula questões de gênero?
7. Em sua opinião, os estudos de gênero podem contribuir com a diminuição da desigualdade de gênero e de preconceitos?

ANEXO 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA COORDENADOR PEDAGÓGICO

1. Qual a sua idade?
2. Há quanto tempo trabalha na escola?
3. Em sua trajetória profissional atuando nesse cargo, você já presenciou ofensivas contra os estudos de gênero, seja por parte da escola, dos pais de alunos, ou dos próprios alunos?
4. Existe por parte da escola uma atenção aos estudos sobre questões de gênero, no sentido de permitir que professores e alunos tenham a liberdade de debater democraticamente temas que são considerados um tabu para sociedade?
5. Durante o período em que você está trabalhando nesta escola, já existiu ou existe algum programa de formação para professores e demais funcionários sobre questões de gênero, seja oferecido pela secretaria de educação ou por iniciativa da própria escola?
6. Em sua opinião, os estudos de gênero podem contribuir com a diminuição da desigualdade de gênero e de preconceitos?

ANEXO 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO MAIOR DE IDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é LUANA DE OLIVEIRA MATIAS, sou aluna do curso de graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) da Universidade Federal de Campina Grande, e estou realizando esta pesquisa intitulada “QUESTÕES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DE TRABALHAR GÊNERO NA ESCOLA”, sob orientação da professora Dra. ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA. Gostaria de sua participação no estudo, respondendo a uma entrevista que será gravada. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa, que possui o objetivo de compreender a problemática da discussão sobre as relações de gênero na escola. Os resultados da pesquisa serão publicados em uma monografia como cumprimento de requisito obrigatório para obtenção de título de licenciada em Ciências Sociais, mas sem identificar dados pessoais e áudios de gravações dos participantes.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do(a) participante. Data ___/___/___

Assinatura do(a) pesquisador(a). Data ___/___/___

Você receberá uma via deste termo e outra ficará com a pesquisadora.

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com LUANA DE OLIVEIRA MATIAS, via e-mail: luanacsociais@gmail.com ou telefone: (83) 98686-4705.

Campina Grande, agosto de 2023.

ANEXO 5: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO MENOR DE IDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é LUANA DE OLIVEIRA MATIAS, sou aluna do curso de graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) da Universidade Federal de Campina Grande, e estou realizando esta pesquisa intitulada “QUESTÕES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DE TRABALHAR GÊNERO NA ESCOLA”, sob orientação da professora Dra. ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA. Gostaria de seu consentimento para _____ participar do estudo, respondendo a uma entrevista que será gravada. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa, que possui o objetivo de compreender a problemática da discussão sobre as relações de gênero na escola. Os resultados da pesquisa serão publicados em uma monografia como cumprimento de requisito obrigatório para obtenção de título de licenciada em Ciências Sociais, mas sem identificar dados pessoais e áudios de gravações dos participantes.

Tendo em vista os itens acima apresentados eu _____, de forma livre e esclarecida, concordo em consentir a participação da _____ nesta pesquisa.

Assinatura do(a) responsável. Data ___/___/___

Assinatura do(a) pesquisador(a). Data ___/___/___

Você receberá uma via deste termo e outra ficará com a pesquisadora.

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com LUANA DE OLIVEIRA MATIAS, via e-mail: luanacsociais@gmail.com ou telefone: (83) 98686-4705.

Campina Grande, agosto de 2023.